

Unidade de Monitorização
de Políticas Públicas

ESTUDOS

ESTUDO DE CASO: ANÁLISE DO PERFIL DE INVESTIMENTO
EM CAPITAL HUMANO APOIADO PELO QREN 2007-2013 NA
REGIÃO ALENTEJO

Paulo Neto, Maria Manuel Serrano, João Fermisson, Cristina Nunes e Nuno Duarte

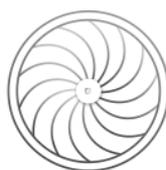
UMPP Estudos Nº 5 | 2015



UNIVERSIDADE
DE ÉVORA



UNIVERSIDADE
DE ÉVORA



UMPP®
Unidade de Monitorização
de Políticas Públicas

Ficha Técnica

Título: Estudos

Série: Estudos - Unidade de Monitorização de Políticas Públicas (UMPP)

Coordenação: Paulo Neto e Maria Manuel Serrano

Autores do UMPP Estudos nº 5 | 2015: Paulo Neto, Maria Manuel Serrano, João Fermisson, Cristina Nunes e Nuno Duarte

Design gráfico: Cristina Brázio

Numeração: UMPP Estudos nº 5 | 2015

Edição: Universidade de Évora

Data: 2015

ISSN 2183-5519

Periodicidade quadrimestral

Unidade de Monitorização de Políticas Públicas (UMPP)

Universidade de Évora

Casa Cordovil, Sala 128, Rua Dom Augusto Eduardo Nunes, nº7

7000-651 Évora - Portugal

e-mail: umpp@uevora.pt

www.umpp.uevora.pt



Os UMPP Estudos são publicados sob a responsabilidade da Unidade de Monitorização de Políticas Públicas (UMPP) da Universidade de Évora. As opiniões expressas e os argumentos apresentados nesta publicação não vinculam a Universidade de Évora nem as demais entidades que financiam a atividade da UMPP ou aquelas com as quais a UMPP colabora.

APRESENTAÇÃO DA UMPP

A Unidade de Monitorização de Políticas Públicas (UMPP) da Universidade de Évora é uma estrutura técnica e científica dedicada à produção de conhecimento e informação sobre conceção, monitorização e avaliação de políticas públicas.

A UMPP foi criada com o apoio do Programa Operacional Regional do Alentejo 2007-2013 (INALENTEJO) e tem como objetivo principal promover a avaliação e monitorização das políticas públicas implementadas ou em processo de implementação na unidade territorial NUTS II do Alentejo, bem como assegurar a ampla disseminação desse conhecimento neste âmbito territorial, bem como no contexto nacional e internacional.

A competitividade dos países, das regiões e das empresas está cada vez mais dependente das condições em que uns e outras tomam decisões e as concretizam de forma eficiente e eficaz. Neste sentido, a capacidade e competência na definição e implementação de políticas públicas por parte do Estado e a assertividade na concretização de estratégias e iniciativas bem sucedidas por parte das demais organizações são hoje fatores decisivos para o desempenho das sociedades em que se inserem.

A relevância, pertinência, coerência e valor acrescentado das políticas públicas são hoje aspetos absolutamente cruciais para as condições de desenvolvimento dos países, dos territórios, das organizações e dos indivíduos. Desde logo, em função dos contextos regulamentares e de enquadramento que estabelecem, dos mecanismos de incentivo e estímulo em que assentam, dos paradigmas e visão de futuro para que apontam, do nível de sofisticação e inovação que lhe está associado e da intencionalidade estratégica que imprimem e transmitem, numa perspetiva de médio e longo prazo, aos sectores e atividades a que se destinam.

Num momento em que é cada vez maior o nível de exigência técnica e científica associado ao processo de planeamento da economia, da sociedade e dos territórios, e à construção e salvaguarda das suas condições de competitividade e de desenvolvimento, a Universidade de Évora entendeu criar uma Unidade de Monitorização de Políticas Públicas dedicada à produção de conhecimento e à avaliação e monitorização de políticas públicas aplicadas, ou em processo de aplicação nesta região.

A UMPP desenvolve a sua atividade em estreita cooperação com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDRA) e em parceria com as seguintes entidades: Delegação Regional do Alentejo do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP); Direção Regional de Cultura do Alentejo (DRC Alentejo), Entidade Regional de Turismo do Alentejo (Turismo do Alentejo) e Agência para o Desenvolvimento Regional do Alentejo (ADRAL).

A UMPP pauta a sua atividade por princípios de rigor, isenção, transparência e responsabilidade, e uma preocupação constante de auscultação e colaboração com as entidades e agentes da região Alentejo, mas também relativamente às de âmbito nacional e internacional.

Convidamo-lo(a) a conhecer o trabalho que fazemos!

Os UMPP ESTUDOS

A Unidade de Monitorização de Políticas Públicas (UMPP) da Universidade de Évora é uma estrutura técnica e científica dedicada à produção de conhecimento e informação sobre conceção, monitorização e avaliação de políticas públicas.

Os UMPP Estudos são documentos de natureza sectorial e ou temática, elaborados com a preocupação de assegurar a concretização de análises em profundidade sobre políticas públicas concretas.

Esta publicação destina-se a cumprir um dos objetivos da UMPP, nomeadamente a produção de conhecimento e de informação sobre a conceção, monitorização e avaliação das políticas públicas implementadas, ou em processo de implementação, na Região Alentejo, bem como promover a disseminação dessa informação no contexto regional e nacional.

O UMPP Estudos nº 5 - 2015 é dedicado ao Estudo de Caso “Análise do Perfil de Investimento em Capital Humano apoiado pelo Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) 2007-2013 na região Alentejo”.

ÍNDICE GERAL

1. INTRODUÇÃO	6
2. MODELO DE ANÁLISE	7
3. OBJETIVOS DE POLÍTICA	8
4. INSTRUMENTOS DE POLÍTICA	10
4.1. QUALIFICAÇÃO INICIAL	10
4.2. ADAPTABILIDADE E APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA	13
4.3. GESTÃO E APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL.....	14
4.4. FORMAÇÃO AVANÇADA.....	16
4.5. APOIO AO EMPREENDEDORISMO E À TRANSIÇÃO PARA A VIDA ATIVA	18
4.6. CIDADANIA, INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	19
4.7. IGUALDADE DE GÉNERO	23
5. REALIZAÇÕES E RESULTADOS	26
5.1. CARACTERIZAÇÃO POR INSTRUMENTO DE POLÍTICA.....	26
5.2. CARACTERIZAÇÃO POR TIPOLOGIA DE INTERVENÇÃO	30
5.2.1. Tipologias de Intervenção do Eixo Prioritário 1.....	30
5.2.2. Tipologias de Intervenção do Eixo Prioritário 2.....	32
5.2.3. Tipologias de Intervenção do Eixo Prioritário 3.....	33
5.2.4. Tipologias de Intervenção do Eixo Prioritário 4.....	34
5.2.5. Tipologias de Intervenção do Eixo Prioritário 5.....	36
5.2.6. Tipologias de Intervenção do Eixo Prioritário 6.....	37
5.2.7. Tipologias de Intervenção do Eixo Prioritário 7.....	39
6. PRINCIPAIS CONCLUSÕES.....	41
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	43

1. INTRODUÇÃO

O presente Estudo de Caso incide sobre a análise do Perfil de Investimento em Capital Humano apoiado pelo Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) 2007-2013 na região Alentejo. Do ponto de vista temático, optou-se, nesta fase da atividade da Unidade de Monitorização de Políticas Públicas (UMPP) da Universidade de Évora, por concentrar esforços no domínio da promoção do desenvolvimento económico e social da região, selecionando, para o caso particular do estudo do Capital Humano, os instrumentos de política integrados na designada Agenda Operacional para o Potencial Humano. Este Estudo de Caso surge precisamente com essa preocupação e, para além da Introdução, estrutura-se nos seguintes pontos:

- Modelo de Análise – traça as linhas metodológicas e seleciona os tópicos a partir dos quais se procura analisar o perfil de investimento em Capital Humano apoiado pelo QREN 2007-2013 no Alentejo. Mais especificamente, o estudo incide sobre a análise dos instrumentos de política compreendidos na Agenda Operacional para o Potencial Humano e, para cada um destes, foi tido em consideração o seu desdobramento em tipologias de intervenção, permitindo assim uma análise mais fina do perfil de investimento em apreço.
- Objetivos de Política – o Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) 2007-2013 assumiu como grande desígnio estratégico a qualificação dos portugueses, valorizando o conhecimento, a ciência, a tecnologia e a inovação, bem como a promoção de níveis elevados e sustentados de desenvolvimento económico e sociocultural e de qualificação territorial. Para a prossecução deste desígnio foram operacionalizadas três grandes Agendas Operacionais Temáticas, entre as quais a Agenda Operacional para o Potencial Humano, que enquadrou os instrumentos de política vocacionados para o reforço da qualificação dos portugueses e para o desenvolvimento social.
- Instrumentos de Política – os Domínios de Intervenção, ou Eixos Prioritários, do Programa Operacional Potencial Humano constituem os principais instrumentos de política desenhados e implementados, no âmbito do QREN, no que se refere ao desenvolvimento do Capital Humano, pelo que são objeto de análise no presente Estudo.
- Realizações e Resultados – caracteriza-se o perfil de investimento em Capital Humano, de acordo com as dimensões selecionadas no modelo de análise.
- Principais Conclusões – apresentam-se as evidências que emergem da análise do perfil do investimento em Capital Humano apoiado pelo Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) 2007-2013 na região Alentejo.

2. MODELO DE ANÁLISE

A análise do perfil do investimento em Capital Humano apoiado pelo Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) 2007-2013 na região Alentejo ancora-se no sistema de informação do QREN, designadamente na informação relativa aos projetos aprovados no âmbito do Programa Operacional Potencial Humano (POPH)¹.

O perfil do investimento é analisado de acordo com os diferentes instrumentos compreendidos no POPH – Domínios de Intervenção ou Eixos Prioritários – e, para cada um destes instrumentos é analisado o desempenho da região Alentejo.

Esta análise é assegurada a dois níveis:

- Um primeiro nível onde se caracteriza globalmente o investimento e se introduzem comparações entre a região Alentejo e os totais nacionais para os instrumentos em análise, e também entre o conjunto das três regiões de convergência – Norte, Centro e Alentejo –, nas dimensões número de projetos, montante de investimento (elegível) e financiamento comunitário concedido.
- Um segundo nível onde se analisa o perfil do investimento nas Tipologias de Intervenção em que cada um dos Domínios ou Eixos Prioritário do POPH se desdobra, permitindo assim uma caracterização mais detalhada. Este nível de análise contempla também a distribuição dos projetos aprovados, do investimento (elegível) e do financiamento comunitário atribuído.

Os instrumentos de política considerados nesta análise são os correspondentes aos Domínios de Intervenção do POPH relevantes para a região Alentejo (não são analisados os domínios correspondentes aos Eixos Prioritários 8, 9 e 10), designadamente:

- Qualificação inicial;
- Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida;
- Gestão e Aperfeiçoamento Profissional;
- Formação Avançada;
- Apoio ao Empreendedorismo e à Transição para a Vida Ativa;
- Cidadania, Inclusão e Desenvolvimento Social;
- Igualdade de Género.

¹ Os dados utilizados na análise foram recolhidos em junho de 2015 (em <http://www.qren.pt/np4/numeros>), reportam-se à execução dos projetos a março de 2015 e referem-se exclusivamente aos projetos localizados apenas na região Alentejo, face à impossibilidade de desagregação da informação referente a projetos multi-regionais.

3. OBJETIVOS DE POLÍTICA

O Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) 2007-2013 constituiu o enquadramento para a aplicação da política comunitária de coesão económica e social em Portugal, no período 2007-2013.

O QREN assumiu como grande desígnio estratégico a qualificação dos portugueses, valorizando o conhecimento, a ciência, a tecnologia e a inovação, bem como, a promoção de níveis elevados e sustentados de desenvolvimento económico e sociocultural e de qualificação territorial.

A prossecução deste desígnio estratégico foi assegurada pela concretização de três Agendas Operacionais Temáticas: i) Agenda Operacional para o Potencial Humano; ii) Agenda Operacional para os Fatores de Competitividade; iii) Agenda Operacional para a Valorização do Território.

A Agenda Operacional Temática para o Potencial Humano assumiu então quatro objetivos principais:

- Superar o défice estrutural de qualificações da população portuguesa, consagrando, para tal, o nível secundário como referencial mínimo de qualificação, centrando a aposta em estratégias de educação e formação dirigidas a jovens e adultos;
- Promover o conhecimento científico, a inovação e a modernização do tecido produtivo e da Administração Pública, alinhados com a prioridade de transformação do modelo produtivo português assente no reforço das atividades de maior valor acrescentado.
- Estimular a criação e a qualidade do emprego, destacando-se a promoção do empreendedorismo;
- Promover a igualdade de oportunidades, distinguindo o desenvolvimento de estratégias integradas e de base territorial para a promoção da inserção social de pessoas vulneráveis a trajetórias de exclusão social.

A concretização dos objetivos enunciados passou pela operacionalização de sete grandes vertentes de intervenção: i) Qualificação Inicial; ii) Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida; iii) Gestão e Aperfeiçoamento Profissional; iv) Formação Avançada; v) Apoio ao Empreendedorismo e à Transição para a Vida Ativa; vi) Cidadania, Inclusão e Desenvolvimento Social; vii) Promoção da Igualdade de Género.

Tendo assumido como objetivos centrais a promoção das qualificações escolares e profissionais dos portugueses, o estímulo à inovação e modernização económica, a promoção do emprego, a inclusão social e a igualdade de oportunidades, a Agenda Operacional para o Potencial Humano teve necessariamente uma relevância estratégica fundamental para o conjunto de prioridades do QREN.

De salientar ainda a complementaridade existente entre as agendas temáticas Fatores de Competitividade e Potencial Humano, apesar de estas terem prosseguido objetivos centrais diversos: a Agenda Operacional para os Fatores de Competitividade centrou a sua intervenção no apoio à melhoria da competitividade empresarial e a Agenda Operacional para o Potencial

Humano, ao focar a sua intervenção no apoio à qualificação da população portuguesa, contribuiu, de forma direta ou indireta, para a melhoria da competitividade das empresas.

O Programa Operacional Potencial Humano (POPH) é o principal instrumento de política que concretizou a Agenda Temática Potencial Humano.

4. INSTRUMENTOS DE POLÍTICA

O Programa Operacional Potencial Humano (POPH) é um programa multiobjectivo cujas orientações comunitárias vão no sentido de estimular o potencial de crescimento sustentado da economia portuguesa.

A intervenção do POPH estruturou-se em torno de dez eixos prioritários, nomeadamente os seguintes:

- Eixo Prioritário 1 – Qualificação Inicial;
- Eixo Prioritário 2 – Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida;
- Eixo Prioritário 3 – Gestão e Aperfeiçoamento Profissional;
- Eixo Prioritário 4 – Formação Avançada;
- Eixo Prioritário 5 – Apoio ao Empreendedorismo e à Transição para a Vida Ativa;
- Eixo Prioritário 6 – Cidadania, Inclusão e Desenvolvimento Social;
- Eixo Prioritário 7 – Igualdade de Género;
- Eixo Prioritário 8 – Algarve;
- Eixo Prioritário 9 – Lisboa;
- Eixo Prioritário 10 – Assistência Técnica.

Face ao objetivo proposto para o presente Estudo, apenas são aqui considerados os instrumentos de política compreendidos nos primeiros sete eixos prioritários do Programa.

4.1. QUALIFICAÇÃO INICIAL

A Qualificação Inicial (Eixo Prioritário 1) teve como objetivo genérico elevar a qualificação dos jovens, promovendo a sua empregabilidade e a adequação das suas qualificações às necessidades de desenvolvimento sustentado, de aumento da competitividade e de coesão social da economia portuguesa.

Constituíram objetivos gerais da Qualificação Inicial os seguintes:

- Combater o insucesso e o abandono escolar precoce e a prevenção da entrada de jovens com baixas qualificações no mercado de trabalho;
- Promover o nível secundário como patamar mínimo de qualificação para os jovens;
- Promover ofertas de formação de dupla certificação, integrando os objetivos de qualificação e inserção profissional e/ou o prosseguimento de estudos;

- Valorizar o ensino pós-secundário não superior e a qualificação de Nível 4²;
- Promover a empregabilidade dos jovens;
- Incrementar a Igualdade de Oportunidades entre ambos os sexos.

Ao nível deste eixo prioritário foram desenhadas e implementadas seis tipologias de intervenção: i) Sistema de Aprendizagem; ii) Cursos Profissionais; iii) Cursos de Educação e Formação; iv) Cursos de Especialização Tecnológica; v) Reequipamento dos estabelecimentos de ensino; vi) Ensino Artístico Especializado.

QUADRO 1 – TIPOLOGIAS DE INTERVENÇÃO DO EIXO 1 – QUALIFICAÇÃO INICIAL

Tipologia de Intervenção	Descrição
Sistema de Aprendizagem	<p>Visou apoiar a formação inserida no sistema de aprendizagem dirigida à qualificação de jovens, por forma a facilitar a sua integração na vida ativa, correspondendo a uma modalidade de formação que valoriza a prática real em posto de trabalho na empresa como contexto para a aquisição de saberes científicos e tecnológicos e para o reforço das suas competências académicas, pessoais, sociais e relacionais. Aplicável aos cursos de aprendizagem realizados no território de Portugal continental.</p> <p><u>Beneficiários:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I. P. (IEFP).
Cursos Profissionais	<p>Visou contribuir para a formação integral dos jovens, proporcionando-lhes, designadamente, o desenvolvimento de competências pessoais e profissionais para o exercício de uma profissão. Aplicável aos cursos profissionais e cursos de formação profissional de dupla certificação para o sector do turismo, realizados no território de Portugal continental.</p> <p><u>Beneficiários:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • As escolas profissionais públicas e as entidades proprietárias de escolas profissionais privadas; • Os estabelecimentos públicos de educação e ensino, designadamente as escolas secundárias; • As entidades proprietárias de estabelecimentos de ensino particular e cooperativo que ministrem ensino secundário; • Escolas tecnológicas³; • O Turismo de Portugal, I. P., enquanto organismo que tutela as escolas de hotelaria e turismo.
Cursos de Educação e Formação	<p>Visou apoiar o funcionamento dos cursos de educação e formação no âmbito dos percursos de educação e formação profissionalmente qualificantes, destinados preferencialmente a jovens com idade igual ou superior a 15 anos, em risco de abandono escolar ou que já abandonaram a escola antes da conclusão da escolaridade obrigatória. Aplicável aos cursos de educação e formação de jovens, realizados no território de Portugal continental.</p> <p><u>Beneficiários:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Estabelecimentos de ensino público e entidades proprietárias de estabelecimentos de ensino particular e cooperativo que ministrem o 3.º ciclo do ensino básico e ou o ensino secundário; • Entidades proprietárias de estabelecimentos de ensino particular e cooperativo que ministrem o 3.º ciclo do ensino básico e ou o ensino secundário; • Escolas profissionais públicas e entidades proprietárias de escolas profissionais privadas; • Centros de formação profissional de gestão direta e participada do IEFP; • Outras entidades formadoras certificadas⁴.

² Ensino secundário obtido por percursos de dupla certificação ou ensino secundário vocacionado para o prosseguimento de estudos a nível superior acrescido de estágio profissional – mínimo de seis meses, de acordo com o Quadro Nacional de Qualificações (QNQ), regulado pela Portaria n.º 782/2009, de 23 de julho.

³ Criadas ao abrigo do despacho conjunto dos Ministros da Indústria e da Educação, publicado no Diário da República, 2.ª série, de 18 de Novembro de 1991, e do despacho conjunto dos Ministros da Indústria, da Educação e do Emprego e da Segurança Social, publicado no Diário da República, 2.ª série, de 7 de Outubro de 1995.

⁴ Na aceção do artigo 13.º do Decreto Regulamentar n.º 84 -A/2007, de 10 de Dezembro.

Tipologia de Intervenção	Descrição
Cursos de Especialização Tecnológica	<p>Visaram: i) Promover o desenvolvimento de formações qualificantes pós-secundárias, caracterizadas por uma formação técnica de alto nível e incluir conhecimentos e capacidades que pertencem ao nível superior⁵; ii) Desenvolver competências pessoais e profissionais adequadas ao exercício profissional qualificado; iii) Promover percursos formativos que integrem os objetivos de qualificação e inserção profissional e permitam o prosseguimento de estudos; iv) Promover a recuperação escolar e a requalificação profissional.</p> <p><u>Beneficiários:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Estabelecimentos de educação e ensino públicos e particulares ou cooperativos que ministrem cursos de nível secundário; • Escolas profissionais públicas e entidades proprietárias de escolas profissionais privadas. Estabelecimentos de ensino superior públicos, particulares ou cooperativos; • Centros de formação profissional, de gestão direta e participada sob coordenação do Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I. P. (IEFP); • Escolas tecnológicas; • Escolas do Instituto de Turismo, I. P.; • Outras entidades formadoras certificadas.
Reequipamento dos estabelecimentos de ensino	<p>Visou apoiar o reequipamento e consolidação infra-estrutural das unidades de ensino e formação, com vista a proporcionar uma melhoria da qualidade das ofertas e promover a sua adequação ao desenvolvimento de formações integradas em vias alternativas de natureza profissionalizante.</p> <p><u>Beneficiários:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Escolas públicas e privadas do ensino básico e secundário; • Escolas profissionais públicas e entidades proprietárias de escolas profissionais privadas; • Direções regionais de educação e serviços centrais do Ministério da Educação, no que se refere a projetos relacionados com escolas das respetivas áreas de intervenção.
Ensino Artístico Especializado	<p>Visou: i) Contribuir para a formação integral dos jovens, proporcionando-lhes, designadamente, o desenvolvimento de competências pessoais e profissionais que permitam a obtenção de uma qualificação; ii) Desenvolver mecanismos de aproximação entre a escola e as instituições económicas, profissionais, associativas, sociais e culturais do respetivo tecido social; iii) Facultar aos alunos contactos com o mundo do trabalho, preparando-os para uma futura inserção socioprofissional; iv) Promover, conjuntamente com outros agentes e instituições locais, a concretização de um projeto de formação de recursos humanos qualificados que responda às necessidades e tendências de desenvolvimento integrado do País, particularmente nos âmbitos regional e local; v) Facultar aos alunos uma sólida formação geral, científica e técnico-artística capaz de os preparar para o exercício profissional qualificado.</p> <p><u>Beneficiários:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Estabelecimentos públicos de educação e ensino; • Entidades proprietárias de estabelecimentos de ensino particular e cooperativo com paralelismo pedagógico e ou autonomia pedagógica; • Entidades proprietárias de escolas profissionais privadas.
Acesso e Financiamento	<p><u>Acesso:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Para a Tipologia Sistema de Aprendizagem através de candidatura anual apresentadas na sequência de abertura de procedimento devidamente publicitado no site do POPH; • Para a Tipologia Cursos Profissionais através de candidatura plurianual, por ano letivo apresentada na sequência de abertura de procedimento devidamente publicitado no site do POPH; • As candidaturas são apresentadas na sequência de abertura de procedimento devidamente publicitado no site do POPH. <p><u>Financiamento:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Correspondente à soma da contribuição comunitária, equivalente a 70%, com a contribuição pública nacional equivalente a 30%.

Fonte: Elaborado pelos autores com base no texto do Programa Operacional Potencial Humano e Regulamentos Específicos (http://www.poph.qren.pt/upload/docs/apresentação/Programa/PO_Potencial_Humano_Fevereiro2014.pdf;
<http://www.poph.qren.pt/upload/docs/eixos/>)

⁵ Aplicável aos cursos de especialização tecnológica regulados pelo Decreto -Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio, realizados de acordo com os referenciais previstos no Catálogo Nacional de Qualificações, disponível em www.catalogo.anq.gov.pt.

4.2. ADAPTABILIDADE E APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA

A Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida (Eixo prioritário 2) teve como principal objetivo o reforço da qualificação da população adulta ativa – empregada e desempregada – e o desenvolvimento de competências críticas à modernização económica e empresarial, de modo a contribuir para a adaptabilidade dos trabalhadores.

Assumi como objetivos gerais:

- Elevar os níveis de qualificação dos ativos – empregados e desempregados – assumindo o nível secundário como referencial de qualificação;
- Alargar as possibilidades de acesso à formação por parte dos ativos empregados, através da modulação e do ajustamento das ofertas;
- Garantir a capitalização da formação de curta duração, realizada no quadro de um determinado percurso formativo, com vista à obtenção de uma qualificação correspondente a uma determinada saída profissional;
- Expandir e consolidar o sistema de reconhecimento, validação e certificação de competências;
- Diversificar as oportunidades de aprendizagem e de desenvolvimento de novas metodologias para a aprendizagem ao longo da vida;
- Incrementar a Igualdade de Oportunidades entre ambos os sexos.

QUADRO 2 – TIPOLOGIAS DE INTERVENÇÃO DO EIXO 2 – ADAPTABILIDADE E APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA

Tipologia de Intervenção	Descrição
Processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências	<p>Visou: i) Reduzir o défice de qualificação dos ativos, contribuindo para a elevação dos níveis de certificação deste público-alvo, através do reforço da aprendizagem ao longo da vida, com um sentido de solidariedade intergeracional; ii) Consolidar mecanismos que permitam encaminhar os ativos para as respostas de qualificação mais adequadas às suas necessidades e perfis; iii) Criar e implementar um dispositivo integrado de reconhecimento, validação e certificação de competências adquiridas em diferentes contextos de vida, nomeadamente em contexto profissional.</p> <p><u>Beneficiários:</u></p> <ul style="list-style-type: none">• Entidades que detenham Centros de Novas Oportunidades legalmente constituídos.
Cursos de Educação e Formação de Adultos	<p>Visaram proporcionar uma formação de dupla certificação a adultos não qualificados ou sem qualificação adequada para efeitos de inserção no mercado de trabalho e que não tenham concluído a escolaridade básica de quatro, seis ou nove anos ou o ensino secundário (12.º ano), conforme a situação que lhes for aplicável.</p> <p><u>Beneficiários:</u></p> <ul style="list-style-type: none">• Entidades formadoras certificadas;• Entidades empregadoras e outros operadores, quando pretendam desenvolver formação no âmbito das suas atribuições ou da sua vocação⁶.
Formações Modulares Certificadas	<p>Visaram a elevação dos níveis de qualificação dos ativos, garantindo-lhes o acesso a módulos de formação de curta duração, capitalizáveis, realizados no quadro de um determinado percurso formativo, com vista à obtenção de uma qualificação correspondente a uma determinada saída profissional.</p> <p><u>Beneficiários:</u></p> <ul style="list-style-type: none">• Entidades formadoras certificadas;

⁶ Nos termos previstos nos artigos 3.º a 5.º da Portaria n.º 817/2007, de 27 de Julho.

Tipologia de Intervenção	Descrição
	<ul style="list-style-type: none"> Entidades empregadoras e outros operadores, quando pretendam desenvolver formação no âmbito das suas atribuições ou da sua vocação.
Reequipamento e Consolidação da Rede de Centros de Formação	<p>Visaram apoiar o reequipamento e consolidação infra-estrutural das atuais unidades de formação, com vista a proporcionar uma melhoria da qualidade das ofertas e promover a sua adequação ao desenvolvimento de formações integradas em vias alternativas de natureza profissionalizante, através de: i) Construção, remodelação e ou adaptação de espaços e áreas oficinais, ao nível dos espaços físicos ou dos equipamentos, viabilizando a promoção das ofertas formativas profissionalmente qualificantes; ii) Construção, remodelação e/ou adaptação de espaços destinados a Centros Novas Oportunidades (CNO).</p> <p><u>Beneficiários:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> Institutos públicos que não revistam carácter empresarial e cuja missão se inscreva no domínio da qualificação de jovens e de ativos com baixas qualificações.
Acesso e Financiamento	<p><u>Acesso:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> As candidaturas são apresentadas na sequência de abertura de procedimento devidamente publicitado no site do POPH. <p><u>Financiamento:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> Para as tipologias Processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências, Cursos de Educação e Formação de Adultos e Formações Modulares Certificadas: <ul style="list-style-type: none"> Nas regiões da convergência: correspondente à soma da contribuição comunitária, equivalente a 79,08%, com a contribuição pública nacional equivalente a 20,92%; Na região do Algarve: correspondente à soma da contribuição comunitária, equivalente a 72,61%, com a contribuição pública nacional equivalente a 27,39%; Na região de Lisboa: correspondente à soma da contribuição comunitária, equivalente a 50,6%, com a contribuição pública nacional equivalente a 49,4%; Para a Tipologia Reequipamento e Consolidação da Rede de Centros de Formação: <ul style="list-style-type: none"> Correspondente à soma da contribuição comunitária, equivalente a 70%, com a contribuição pública nacional equivalente a 30%.

Fonte: Elaborado pelos autores com base no texto do Programa Operacional Potencial Humano e Regulamentos Específicos (http://www.poph.qren.pt/upload/docs/apresentação/Programa/PO_Potencial_Humano_Fevereiro2014.pdf; <http://www.poph.qren.pt/upload/docs/eixos/>)

4.3. GESTÃO E APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL

A Gestão e Aperfeiçoamento Profissional (Eixo prioritário 3) adotou como principal desígnio de atuação o desenvolvimento de um conjunto de formações associadas a processos de modernização organizacional, reestruturações e reconversões produtivas que contemplassem a promoção da capacidade de inovação, gestão e modernização das empresas e outras entidades – nomeadamente da administração pública - enquanto condição fundamental de modernização do tecido produtivo, da melhoria da qualidade do emprego e do aumento da competitividade.

Assumi como objetivos gerais, os seguintes:

- Apoiar processos de modernização e inovação organizacional através da formação dos ativos em competências especializadas;
- Apoiar a modernização de micro, pequenas e médias empresas e outras entidades, através de modelos que associassem a identificação da trajetória de modernização, as necessidades de formação e a programação das ofertas formativas;

- Aumentar a participação dos trabalhadores, e empresários das micro, pequenas e médias empresas, em ações de formação, utilizando mecanismos de maior flexibilidade e proximidade, de forma a melhorar o desempenho deste importante segmento de empresas, contribuindo para o desenvolvimento económico e para a criação de emprego mais qualificado;
- Apoiar formações estratégicas para a gestão e a inovação na Administração Pública;
- Promover, numa perspetiva transversal, os fatores de realização da igualdade entre homens e mulheres.

QUADRO 3 – TIPOLOGIAS DE INTERVENÇÃO DO EIXO 3 – GESTÃO E APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL

Tipologia de Intervenção	Descrição
Programa de Formação-Ação para PME	<p>Visou: i) A melhoria dos processos de gestão das micro, pequenas e médias empresas e o reforço das competências dos seus dirigentes, quadros e trabalhadores; ii) A promoção de formação orientada para o apoio ao desenvolvimento organizacional, para a adoção de modelos de organização da formação favoráveis ao envolvimento na formação dos ativos das entidades da economia social com baixas qualificações e para processos que conduzam à redução das disparidades entre homens e mulheres em meio laboral, em particular através da sua articulação com os Centros Novas Oportunidades (CNO); iii) a promoção do desenvolvimento das entidades da economia social, através do desenvolvimento de ações que promovam a otimização de metodologias e processos de modernização e inovação ao nível da gestão, podendo envolver as várias áreas funcionais da organização, nomeadamente a produção, o marketing e os recursos humanos.</p> <p><u>Beneficiários:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Entidades de natureza associativa, empresarial ou entidades públicas que atuem como polos dinamizadores junto de micro, pequenas e médias empresas e que assegurem a realização das ações, integrando no seu projeto o apoio a, pelo menos, 25 empresas.
Programa de Formação-Ação para Entidades da Economia Social	<p>Visou: i) A melhoria dos processos de gestão das entidades da economia social e o reforço das competências dos seus dirigentes, quadros e trabalhadores; ii) A promoção de formação orientada para o apoio ao desenvolvimento organizacional, para a adoção de modelos de organização da formação favoráveis ao envolvimento na formação dos ativos empregados nas micro, pequenas e médias empresas com baixas qualificações e para processos que conduzam à redução das disparidades entre homens e mulheres em meio laboral, em particular através da sua articulação com os Centros Novas Oportunidades (CNO); iii) A promoção do desenvolvimento das entidades da economia social, através do desenvolvimento de ações que promovam a otimização de metodologias e processos de modernização e inovação ao nível da gestão e da prestação de serviços sociais.</p> <p><u>Beneficiários:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Entidades de natureza associativa de âmbito nacional que atuem como polos dinamizadores junto de entidades da economia social.
Formação para a inovação e gestão	<p>Visou: i) O desenvolvimento das competências técnicas, sociais e relacionais dos ativos através de ações de reciclagem, atualização ou aperfeiçoamento; ii) A criação de condições de valorização profissional dos ativos empregados; iii) O reforço da capacidade técnica e organizativa das organizações empresariais, de modo a favorecer as condições para o seu maior protagonismo na dinamização de ações de formação à medida das suas próprias necessidades e estratégias de desenvolvimento.</p> <p><u>Beneficiários:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Entidades empregadoras⁷.
Qualificação dos Profissionais da Administração Pública Central	<p>Visou: i) Apoiar ações de formação estratégicas para a gestão e inovação na administração pública central; ii) Promover o desenvolvimento de competências técnicas, científicas e comportamentais necessárias a um desempenho profissional dos ativos da Administração Pública compatível com as exigências decorrentes da modernização dos serviços; iii) Apoiar a modernização e a inovação nas autarquias locais, assim como promover a produção de competências profissionais indispensáveis ao processo de descentralização administrativa; iv) Promover o desenvolvimento de competências técnicas, científicas e comportamentais necessárias a um desempenho profissional dos ativos da saúde compatível com as</p>

⁷ Na qualidade de entidades beneficiárias, na aceção dos artigos 12.º e 14.º do Decreto Regulamentar n.º 84 -A/2007, de 10 de Dezembro.

Tipologia de Intervenção	Descrição
e Local e dos Profissionais da Saúde	<p>exigências decorrentes da modernização do sistema da saúde.</p> <p><u>Beneficiários:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> Organismos e serviços da administração direta do Estado, bem como os institutos públicos, em qualquer das suas modalidades; Organizações representativas dos trabalhadores e associações profissionais; Outras pessoas coletivas públicas com atribuições de gestão partilhada de recursos públicos financeiros, humanos e materiais; Entidades públicas da administração local autárquica e as suas associações; Entidades públicas, da economia social ou privadas sem fins lucrativos, que se encontrem habilitadas para atividades de promoção da saúde e para a prestação de cuidados de saúde.
Qualificação dos Profissionais do Sector da Educação	<p>Visou: i) O desenvolvimento das qualificações profissionais dos docentes e outros agentes educativos através de ações de formação, promovendo a satisfação das necessidades de desenvolvimento do sistema educativo; ii) O desenvolvimento de competências articuladas com a implementação de dinâmicas decorrentes dos processos de reforma curricular e organizacional; iii) A implementação de planos de capacitação dos docentes em áreas estruturantes do conhecimento, centrados na promoção dos resultados escolares dos alunos e orientados para o combate ao insucesso escolar; iv) O desenvolvimento de competências no domínio da utilização das tecnologias da informação e comunicação no contexto dos processos de ensino -aprendizagem; v) A promoção de hábitos e competências de leitura em ambiente escolar, designadamente através da formação na área das bibliotecas escolares.</p> <p><u>Beneficiários:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> Instituições de ensino superior, público ou privado; Escolas-sede dos Centros de Formação de Associação de Escolas; Associações científicas e profissionais; Serviços centrais e regionais do Ministério da Educação.
Acesso e Financiamento	<p><u>Acesso:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> As candidaturas são apresentadas na sequência de abertura de procedimento devidamente publicitado no site do POPH. <p><u>Financiamento:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> Para a “Tipologia Programa de Formação-Ação para PME”: <ul style="list-style-type: none"> Nas regiões da convergência: correspondente à soma da contribuição comunitária, equivalente a 79,08%, com a contribuição pública nacional equivalente a 20,92%; Na região do Algarve: correspondente à soma da contribuição comunitária, equivalente a 72,61%, com a contribuição pública nacional equivalente a 27,39%. Para as restantes tipologias de intervenção: <ul style="list-style-type: none"> Nas regiões da convergência: correspondente à soma da contribuição comunitária, equivalente a 79,08%, com a contribuição pública nacional equivalente a 20,92%; Na região do Algarve: correspondente à soma da contribuição comunitária, equivalente a 72,61%, com a contribuição pública nacional equivalente a 27,39%; Na região de Lisboa: correspondente à soma da contribuição comunitária, equivalente a 50,6%, com a contribuição pública nacional equivalente a 49,4%.

Fonte: Elaborado pelos autores com base no texto do Programa Operacional Potencial Humano e Regulamentos Específicos (http://www.poph.qren.pt/upload/docs/apresentação/Programa/PO_Potencial_Humano_Fevereiro2014.pdf; <http://www.poph.qren.pt/upload/docs/eixos/>)

4.4. FORMAÇÃO AVANÇADA

A Formação Avançada (Eixo prioritário 4) visa a superação do atraso científico e tecnológico português, como condição essencial ao progresso económico e social, pela aposta no conhecimento e na competência científica e técnica, bem como na elevação dos níveis de qualificação e de desempenho dos quadros superiores e dirigentes das empresas e das instituições públicas, promovendo a convergência das qualificações científicas dos recursos humanos em

Portugal para os níveis que se observam na generalidade dos países da União Europeia, em particular no que respeita à formação pós-graduada.

Constituem objetivos gerais da Formação Avançada:

- Aumentar a realização de novos doutoramentos e pós-doutoramentos, como base de suporte do sistema de Ciência e Tecnologia e visando atingir valores de referência europeus, conduzindo a um aumento sustentado da produção científica referenciada internacionalmente, assim como do número de patentes registadas internacionalmente e do número de novas empresas de base tecnológica;
- Aumentar o número de investigadores e o emprego científico nas instituições de ciência e tecnologia e nas empresas, como base de capacitação para a investigação científica de excelência e para o desenvolvimento competitivo das empresas numa base internacional;
- Aumentar o investimento público em Investigação Científica, criando as condições para aumentar a despesa privada em I&D empresarial, promovendo o rápido desenvolvimento científico e tecnológico do país e os mecanismos conducentes à inovação;
- Alargar a base social dos estudantes do ensino superior, com critérios de rigor e seletividade, promovendo nomeadamente novos mecanismos de apoio à mobilidade nacional e internacional para escalões socioeconómicos com menores recursos e viabilizando o aumento do número de diplomados do ensino superior.

QUADRO 4 – TIPOLOGIAS DE INTERVENÇÃO DO EIXO 4 – FORMAÇÃO AVANÇADA

Tipologia de Intervenção	Descrição
Bolsas de formação avançada	<p>Visaram aumentar a realização de novos doutoramentos e pós-doutoramentos, como base de suporte ao sistema de ciência e tecnologia, visando atingir valores de referência europeus neste domínio.</p> <p><u>Beneficiários:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P., (FCT).
Promoção do emprego científico	<p>Visaram, através do aumento do emprego científico, reforçar a capacidade científica e tecnológica nacional, concretizando-se através da inserção profissional de doutorados em entidades públicas e privadas com atividades de I&D.</p> <p><u>Beneficiários:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P., (FCT).
Bolsas e programas para estudantes do ensino superior	<p>Visaram facilitar o alargamento da base social de recrutamento do ensino superior, promover a mobilidade social e internacional de estudantes e contribuir para a igualdade de oportunidades no acesso ao ensino superior, nos termos definidos na legislação neste âmbito aplicável.</p> <p><u>Beneficiários:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Direção-Geral do Ensino Superior (DGES).
Acesso e Financiamento	<p><u>Acesso:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • As candidaturas são apresentadas na sequência de abertura de procedimento devidamente publicitado no site do POPH. <p><u>Financiamento:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Correspondente à soma da contribuição comunitária, equivalente a 70%, com a contribuição pública nacional equivalente a 30%.

Fonte: Elaborado pelos autores com base no texto do Programa Operacional Potencial Humano e Regulamentos Específicos (http://www.poph.qren.pt/upload/docs/apresentação/Programa/PO_Potencial_Humano_Fevereiro2014.pdf; <http://www.poph.qren.pt/upload/docs/eixos/>)

4.5. APOIO AO EMPREENDEDORISMO E À TRANSIÇÃO PARA A VIDA ATIVA

O Apoio ao Empreendedorismo e à Transição para a Vida Ativa (Eixo Prioritário 5) compreendeu diferentes instrumentos que visaram promover o nível, a qualidade e a mobilidade do emprego, privado e público, nomeadamente, através do incentivo ao espírito empresarial, do apoio à integração no mercado de trabalho de desempregados, do apoio à transição de jovens para a vida ativa e do incentivo à mobilidade.

Assumiu como objetivos gerais:

- Apoiar a criação de emprego e o empreendedorismo;
- Apoiar projetos de criação de novas empresas de pequena dimensão, com criação do próprio emprego, e de postos de trabalho para pessoas desempregadas ou em risco de desemprego, em especial das pessoas em risco de exclusão;
- Contribuir para a dinamização das economias locais, mediante a realização de investimentos de pequena dimensão e atenuando os desequilíbrios verificados nos mercados regionais de trabalho;
- Apoiar a transição para o mercado de trabalho;
- Garantir a manutenção do emprego e o aumento das qualificações em períodos de redução extraordinária de atividade em empresas economicamente viáveis e com forte perspectiva de recuperação total da capacidade produtiva;
- Melhorar os níveis de empregabilidade e estimular a reinserção, no mercado de trabalho, dos trabalhadores em situação de desemprego.

QUADRO 5 – TIPOLOGIAS DE INTERVENÇÃO DO EIXO 5 – APOIO AO EMPREENDEDORISMO E À TRANSIÇÃO PARA A VIDA ATIVA

Tipologia de Intervenção	Descrição
Apoios ao Emprego	Visou o estímulo ao emprego dos cidadãos com maiores dificuldades de inserção socioprofissional, dada a sua posição de desvantagem relativa, no mercado de trabalho. <u>Beneficiários:</u> <ul style="list-style-type: none">• Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP).
Estágios Profissionais	Visaram: i) Complementar e aperfeiçoar as competências socioprofissionais dos jovens quadros qualificados, através da frequência de um estágio em contexto real de trabalho; ii) Possibilitar uma maior articulação entre a saída do sistema educativo e formativo e a inserção no mundo do trabalho; iii) Facilitar o recrutamento e a integração de novos quadros nas empresas; iv) Dinamizar o recrutamento por parte das entidades de acolhimento, de novas formações e novas competências profissionais, potenciando novas áreas de criação de emprego e, no caso de estágios na Administração Pública, a modernização dos serviços públicos; v) Facilitar a inserção de diplomados de áreas de formação com maiores dificuldades de integração na vida ativa, orientando -os para áreas onde se constatem carências de mão-de-obra; vi) Criar uma bolsa de emprego a que se possa recorrer para satisfazer necessidades transitórias de trabalho na Administração Pública Local. <u>Beneficiários:</u> <ul style="list-style-type: none">• O Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP).
INOV Contato	Visou: i) Qualificar jovens para a integração em PME com potencial de internacionalização em sectores chave de atividade e mercados prioritários para Portugal; ii) Apoiar estágios em entidades de carácter multinacional, preferencialmente localizadas em centros de excelência nos domínios do conhecimento e da inovação; iii) Promover a colocação de jovens licenciados com perfil adequado e perspectivas de realização de carreiras internacionais em locais chave de gestão no exterior, como futuros decisores em empresas que privilegiem a oferta nacional e o investimento em Portugal; iv) Favorecer a inserção dos jovens estagiários em empresas nacionais com interesse relevante para processos integrados de

Tipologia de Intervenção	Descrição
	<p>promoção externa, rentabilizando o conhecimento adquirido ao serviço da internacionalização das mesmas.</p> <p><u>Beneficiários:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP).
Apoio à Inserção de Desempregados	<p>Visou: i) Promover a empregabilidade de pessoas em situação de desemprego, preservando e melhorando as suas competências socioprofissionais, através da manutenção do contacto com o mercado de trabalho; ii) Fomentar o contacto dos desempregados com outros trabalhadores e atividades, evitando o risco do seu isolamento, desmotivação e marginalização; iii) Apoiar atividades socialmente úteis, em particular as que satisfaçam necessidades locais ou regionais.</p> <p><u>Beneficiários:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP).
Qualificação-Emprego	<p>Visou a promoção e manutenção do emprego e, em simultâneo, a qualificação dos trabalhadores nos períodos de redução ou suspensão da atividade nas empresas, assegurando os níveis de emprego e contribuindo, através da formação profissional, para a sua adaptação aos desafios da conjuntura internacional.</p> <p><u>Beneficiários:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP).
Acesso e Financiamento	<p><u>Acesso:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • As candidaturas são apresentadas na sequência de abertura de procedimento devidamente publicitado no site do POPH. <p><u>Financiamento:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Correspondente à soma da contribuição comunitária, equivalente a 70%, com a contribuição pública nacional equivalente a 30%.

Fonte: Elaborado pelos autores com base no texto do Programa Operacional Potencial Humano e Regulamentos Específicos (http://www.poph.qren.pt/upload/docs/apresentação/Programa/PO_Potencial_Humano_Fevereiro2014.pdf); <http://www.poph.qren.pt/upload/docs/eixos/>)

4.6. CIDADANIA, INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

O Eixo Prioritário 6 – Cidadania, Inclusão e Desenvolvimento Social - reuniu um conjunto de instrumentos de política que visaram criar condições de maior equidade social no acesso a direitos de participação cívica, à qualificação e educação e ao mercado de trabalho.

As políticas de apoio à inserção social, e profissional, de pessoas em situação de desfavorecimento e de promoção de uma cidadania mais ativa e alargada, constituíram uma das principais prioridades deste Eixo que contemplou ações de prevenção e reparação de fenómenos de exclusão social.

O combate à pobreza, e à exclusão social, foi também uma das áreas de intervenção contempladas, privilegiando-se o desenvolvimento de respostas integradas no domínio da formação e emprego que permitissem uma estreita articulação entre o conteúdo das ações propostas e as especificidades dos públicos visados, em particular, os desempregados de longa duração e os imigrantes, bem como, os reclusos, ex-reclusos, jovens sujeitos a medidas tutelares educativas e cidadãos sujeitos a medidas tutelares executadas na comunidade.

A integração social e profissional da população imigrante, através de medidas de política específicas, constituiu, igualmente, uma das vertentes de intervenção deste Eixo, que conferiu também, especial ênfase, à integração no mercado de trabalho e ao acesso a bens e serviços socialmente relevantes das pessoas com deficiência e incapacidade.

Assumi como objetivos gerais, os seguintes:

- Intervir nos territórios com maiores índices de exclusão ou mais deprimidos, ou territórios fortemente atingidos por calamidades, tornando-os territórios mais inclusivos;
- Aumentar a capacidade instalada em respostas sociais nas áreas de crianças e jovens, população idosa, pessoas com deficiência e família e comunidade;
- Prevenir o insucesso, e o abandono escolar precoce, dos alunos integrados em meios particularmente desfavorecidos e que se encontram em risco de exclusão social e escolar;
- Promover a igualdade de oportunidades através do combate às desvantagens competitivas dos imigrantes no mercado de trabalho;
- Promover a qualificação, e a integração no mercado de trabalho, das pessoas com deficiência e incapacidade;
- Promover uma cidadania ativa numa cultura que valorize a participação cívica.

QUADRO 6 – TIPOLOGIAS DE INTERVENÇÃO DO EIXO 6 – CIDADANIA, INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Tipologia de Intervenção	Descrição
Formação para a Inclusão	<p>Visou o desenvolvimento de competências profissionais, sociais e pessoais junto de grupos excluídos ou socialmente desinseridos, tendo em vista a aquisição de capacidades que lhes permitam integrar ou concluir ações de formação que confirmem certificação e ou a reintegração no mercado de trabalho.</p> <p><u>Beneficiários:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Entidades formadoras certificadas e outros operadores, quando pretendam desenvolver formação no âmbito das suas atribuições ou da sua vocação.
Qualificação de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade	<p>Visou a promoção de ações que contribuíssem para a aquisição e para o desenvolvimento de competências profissionais, tendo em vista potenciar a empregabilidade das pessoas com deficiências e incapacidades, orientadas para o exercício de uma atividade no mercado de trabalho.</p> <p><u>Beneficiários:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Entidades formadoras certificadas e credenciadas pelo IEFP, I. P., como centros de recursos.
Apoio à Mediação e Integração das Pessoas com Deficiências ou Incapacidade	<p>Visou: i) Promover a integração profissional de pessoas com deficiências e incapacidades que possuam condições para aceder ao mercado de trabalho; ii) Apoiar a manutenção e progressão profissional de trabalhadores com deficiências e incapacidades no mercado de trabalho; iii) Assegurar a valorização pessoal e profissional das pessoas com capacidade de trabalho reduzida; iv) Possibilitar às pessoas com deficiências e incapacidades o acesso a meios que compensem as desvantagens inerentes às suas limitações.</p> <p><u>Beneficiários:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP).
Qualidade dos Serviços e das Organizações	<p>Visou: i) Melhorar a qualidade da intervenção das equipas técnicas das entidades públicas e privadas que desenvolvem programas de reabilitação; ii) Melhorar o desempenho e certificar as organizações que desenvolvem a sua atividade no âmbito do sistema de prestação de serviços às pessoas com deficiências e incapacidades, através da atribuição de um certificado de qualidade.</p> <p><u>Beneficiários:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Entidades de direito público ou privado sem fins lucrativos.
Ações de Investigação, Sensibilização e Promoção de Boas Práticas	<p>Visaram: i) Desenvolver mecanismos de conceção e avaliação de políticas para a deficiência, através de um sistema integrado e transversal de sistematização de indicadores, podendo implicar ações específicas destinadas à investigação do fenómeno da deficiência em Portugal; ii) Desenvolver instrumentos de suporte à elaboração e implementação de planos ou programas que promovam as acessibilidades nos territórios e nos serviços, nomeadamente os seguintes: a) Diagnósticos locais ou regionais sobre acessibilidades em meio urbano; b) Ações de sensibilização e de formação nas áreas das acessibilidades ambientais; c) Planos e projetos de âmbito local visando o desenvolvimento de estratégias e o envolvimento de atores na criação ou adaptação de condições de acessibilidade em espaços públicos.</p>

Tipologia de Intervenção	Descrição
	<p><u>Beneficiários:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> Instituto Nacional para a Reabilitação, I. P.
Formação em Língua Portuguesa para Estrangeiros	<p>Visou a mobilização de instituições públicas e privadas para o ensino da língua portuguesa a cidadãos imigrantes, através da: i) Promoção de ações de formação em língua portuguesa; ii) Dinamização da aprendizagem do português técnico em sectores de atividade em que esse conhecimento possa facilitar o acesso ao mercado de trabalho.</p> <p><u>Beneficiários:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> Direções regionais de educação; Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP).
Apoio a Consórcios Locais para a Promoção da Inclusão Social de Crianças e Jovens	<p>Visou a promoção da inclusão social das crianças e jovens imigrantes e descendentes de imigrantes, bem como comunidades ciganas, provenientes de contextos socioeconómicos mais vulneráveis, tendo em vista a igualdade de oportunidades e o reforço da coesão social, nas seguintes áreas de intervenção: i) Inclusão escolar e educação não formal; ii) Transição para a vida ativa e empregabilidade; iii) Dinamização comunitária e cidadania; iv) Empreendedorismo e capacitação.</p> <p><u>Beneficiários:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural, I. P. (ACIDI).
Apoio ao Acolhimento e Integração de Imigrantes	<p>Visou: i) A promoção da informação junto dos cidadãos imigrantes sobre os seus direitos e deveres, tendo em vista a facilitação do seu processo de integração e a promoção de uma cidadania plena; ii) A melhoria do acesso das comunidades ciganas a serviços e equipamentos locais, bem como a promoção da comunicação entre estas e a comunidade envolvente.</p> <p><u>Beneficiários:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural, I. P. (ACIDI).
Ações de Formação e Iniciativas de Sensibilização Dirigidas a Públicos Estratégicos no Domínio do Acolhimento e Integração dos Imigrantes	<p>Visaram: i) Promover uma melhor compreensão da diversidade cultural no seio das organizações públicas e privadas e um melhor acolhimento e integração de imigrantes; ii) Sensibilizar técnicos, agentes educativos, agentes sociais, instituições e outros cidadãos interessados na problemática da igualdade de oportunidades no acesso dos imigrantes aos serviços do país de acolhimento, bem como relativamente ao combate a atitudes de discriminação; iii) Formar técnicos e agentes educativos e sociais em sectores e áreas de formação em que a temática da imigração assuma particular relevância.</p> <p><u>Beneficiários:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural, I. P. (ACIDI).
Ações de Investigação e Promoção de Campanhas de Sensibilização da Opinião Pública em Matéria de Imigração	<p>Visaram: i) Alertar e mobilizar a sociedade civil e os organismos públicos e privados para a importância da diversidade e diálogo intercultural, para a efetiva igualdade de oportunidades no acesso ao mercado de trabalho e na progressão na carreira; para o combate à discriminação por motivos baseados na nacionalidade, religião, origem étnica ou cor bem como à exploração da mão-de-obra imigrante e à promoção da responsabilidade social em matéria de acolhimento e integração de imigrantes; ii) Estimular o desenvolvimento de projetos de investigação em matérias de imigração e cidadania intercultural, tendo em vista um melhor conhecimento da realidade da imigração na sociedade portuguesa.</p> <p><u>Beneficiários:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural, I. P. (ACIDI).
Programas Integrados de Promoção do Sucesso Educativo	<p>Visaram: i) Melhorar os resultados alcançados pelos processos de ensino e de aprendizagem, traduzidos no sucesso educativo dos alunos; ii) Combater as saídas precoces do sistema educativo; iii) Melhorar de forma progressiva a coordenação das atividades educativas e formativas desenvolvidas pelas escolas de áreas geográficas problemáticas com a comunidade em que se integram, incluindo o tecido institucional público, empresas e sociedade civil; iv) Criar condições para a adequação do processo educativo às necessidades educativas especiais dos alunos, no quadro de uma política de qualidade orientada para o sucesso educativo; v) Promover o sucesso educativo dos alunos da «Escola móvel», numa perspetiva de escola de sucesso para todos; vi) Criar condições que favoreçam a transição da escola para a vida ativa.</p> <p><u>Beneficiários:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> Estabelecimentos públicos de ensino, designadamente agrupamentos de escolas e escolas secundárias; Serviços centrais e regionais do Ministério da Educação, no âmbito das suas competências

Tipologia de Intervenção	Descrição
	específicas.
Apoio ao Investimento em Respostas Integradas de Apoio Social	<p>Visou o apoio o equipamento e a consolidação infraestrutural das unidades de apoio social, com vista a proporcionar o aumento e a melhoria da qualidade das ofertas e promover a sua adequação às necessidades sociais.</p> <p><u>Beneficiários:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Pessoas coletivas de direito público ou pessoas coletivas de direito privado sem fins lucrativos.
Contratos Locais de Desenvolvimento Social	<p>Visaram a promoção da inclusão social dos cidadãos, de forma multisectorial e integrada, através de ações executadas em parceria, de forma a combater a pobreza persistente e a exclusão social em territórios deprimidos.</p> <p><u>Beneficiários:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Instituto da Segurança Social, I. P. (ISS, I.P.).
Programas Integrados para a Promoção da Inclusão Social de Crianças e Jovens	<p>Visaram: i) Melhorar os resultados alcançados pelas equipas das instituições de acolhimento de crianças e jovens, através duma intervenção mais especializada junto da criança e ou jovem e família; ii) Promover, dinamizar e monitorizar respostas integradas, designadamente socioeducativas e formativas de prevenção e combate ao abandono, absentismo e insucesso escolar, favorecendo o cumprimento da escolaridade obrigatória e a certificação escolar e profissional dos jovens abrangidos por medidas de educação e formação; iii) Promover condições de desenvolvimento a crianças em idade de creche e até ao ingresso no ensino básico, com necessidades de intervenção precoce, mediante intervenção integrada e individualizada com as mesmas e respetivas famílias, a nível psicossocial e terapêutico, de modo a prevenir ou reduzir os riscos de atraso no desenvolvimento integral, que limitam a participação em atividades típicas para as suas idades e contexto educacional e social; iv) Promover o acesso a apoios individuais especializados para crianças e jovens com limitações significativas ao nível da atividade e participação num ou vários domínios da vida, decorrentes de alterações funcionais e estruturais, resultando em dificuldades continuadas ao nível da comunicação, da aprendizagem, da mobilidade, da autonomia, do relacionamento interpessoal e da participação social; v) Melhorar o desempenho das organizações que desenvolvem a sua atividade na área da inclusão social de crianças, jovens e famílias e na promoção da parentalidade positiva, nomeadamente, através de Centros de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental; vi) Assegurar o acompanhamento às famílias com crianças e jovens, beneficiárias do Rendimento Social de Inserção, no sentido da promoção da sua autonomia e inclusão social.</p> <p><u>Beneficiários:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Instituto da Segurança Social, I. P. (ISS, I.P.).
Educação para a Cidadania – Projetos Inovadores	<p>Visaram: i) Promover uma cidadania ativa alicerçada numa cultura que valorize a participação cívica, a responsabilidade social e uma cultura de prevenção e segurança, de promoção da saúde e de uma vida saudável, bem como de prevenção da criminalidade e da reincidência criminal, enquanto fatores de desenvolvimento pessoal e coletivo, potenciadores da inclusão e coesão social; ii) Contribuir ativamente para uma cidadania alicerçada no princípio da igualdade e que elimine as discriminações sociais baseadas em estereótipos e as assimetrias económicas, sociais, culturais e territoriais; iii) Contribuir ativamente para o aumento dos sentimentos de pertença do indivíduo na comunidade através da promoção de uma ética social que garanta o desenvolvimento e a coesão social, visando o combate à pobreza e exclusão social mediante o desenvolvimento de intervenções inovadoras face a fenómenos sociais inéditos e de respostas integradas no âmbito da infância e juventude, população idosa, pessoas com deficiência e família e comunidade; iv) Assegurar o acompanhamento social das situações de vulnerabilidade, nomeadamente através da gestão, a nível local, dos programas criados para esse efeito e da promoção de iniciativas de experimentação.</p> <p><u>Beneficiários:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Pessoas coletivas de direito público pertencentes à administração central e local; • Pessoas coletivas de direito privado, com ou sem fins lucrativos.
Acesso e Financiamento	<p><u>Acesso:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • As candidaturas são apresentadas na sequência de abertura de procedimento devidamente publicitado no site do POPH. <p><u>Financiamento:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Para a Tipologia “Ações de Investigação e Promoção de Campanhas de Sensibilização da Opinião Pública em Matéria de Imigração”: correspondente à soma da contribuição comunitária, equivalente a 71,65%, com a contribuição pública nacional equivalente a 28,35%. • Para as restantes tipologias de intervenção: <ul style="list-style-type: none"> – Nas regiões da convergência: correspondente à soma da contribuição comunitária, equivalente a

Tipologia de Intervenção	Descrição
	<p>71,65%, com a contribuição pública nacional equivalente a 28,35%;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Na região do Algarve: correspondente à soma da contribuição comunitária, equivalente a 72,61%, com a contribuição pública nacional equivalente a 27,39%; - Na região de Lisboa: correspondente à soma da contribuição comunitária, equivalente a 50,6%, com a contribuição pública nacional equivalente a 49,4%.

Fonte: Elaborado pelos autores com base no texto do Programa Operacional Potencial Humano e Regulamentos Específicos (http://www.poph.qren.pt/upload/docs/apresentação/Programa/PO_Potencial_Humano_Fevereiro2014.pdf;
<http://www.poph.qren.pt/upload/docs/eixos/>)

4.7. IGUALDADE DE GÉNERO

A experiência resultante do desenvolvimento do Quadro Comunitário de Apoio (QCA) 2000-2006 permitiu valorizar, como estratégia de resposta aos objetivos no domínio da Igualdade de Género, a combinação de instrumentos especificamente dirigidos a esta prioridade de política com uma abordagem transversal que promovesse a integração da perspetiva de género nos diferentes instrumentos de política pública apoiados no âmbito do POPH.

Esta foi a solução adotada nesse ciclo de programação com resultados revelados pelos exercícios de avaliação no que se refere à consolidação e inovação das medidas de ação positiva e à capacitação do tecido institucional associado à sua implementação.

Assim, a intervenção, ao nível do Eixo Prioritário 7 – Igualdade de Género – combinou a mobilização de medidas de ação positiva com um conjunto de medidas de outros instrumentos de política contemplados no POPH assegurando, desse modo, o aprofundamento da abordagem transversal da promoção da Igualdade de Género.

Assumi como objetivos gerais:

- Aumentar a eficiência dos instrumentos de política pública na promoção da igualdade de género e do seu sistema de governação;
- Reforçar o papel da Sociedade Civil como agente estruturante para a Igualdade de Género;
- Difundir os valores da igualdade de género através da educação e informação;
- Promover a igualdade de oportunidades no acesso e na participação no mercado de trabalho, assumindo a prioridade de combater a segregação horizontal e vertical do mercado de trabalho e a desigualdade salarial;
- Promover a conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal, dando prioridade à criação de condições de paridade na harmonização das responsabilidades profissionais e familiares;
- Prevenir a violência de género, incluindo a violência doméstica, e o tráfico de seres humanos.

QUADRO 7 – TIPOLOGIAS DE INTERVENÇÃO DO EIXO 7 – IGUALDADE DE GÉNERO

Tipologia de Intervenção	Descrição
Sistema Estratégico de Informação e Conhecimento	<p>Visou: i) Reforçar a intervenção dos mecanismos informadores e de conceção das políticas na área da Igualdade de Género, bem como os respetivos instrumentos de avaliação de impacto; ii) Desenvolver um sistema de informação e avaliação estratégico integrado sobre a igualdade e violência de género, nomeadamente sobre a violência doméstica e o tráfico de seres humanos; iii) Aprofundar o conhecimento existente sobre a situação de mulheres e homens nos vários domínios da intervenção social e pública; iv) Conceber, sistematizar e produzir materiais de suporte à intervenção para as diferentes temáticas relacionadas com o género.</p> <p><u>Beneficiários:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG).
Planos para a Igualdade	<p>Visou o apoio à implementação de Planos para a igualdade.</p> <p><u>Beneficiários:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Organismos da Administração Pública Central e Local; • Empresas do sector público, cooperativo ou privado; • Associações Comerciais, Industriais e Empresariais; • Agências e Sociedades de Desenvolvimento Regional sem fins lucrativos.
Apoio Técnico e Financeiro às Organizações Não Governamentais	<p>Visou o apoio a organizações não governamentais (ONG) e outras entidades da sociedade civil sem fins lucrativos, na área da Igualdade de Género, na sua capacitação e organização, de forma a proporcionar-lhes os meios que lhes permitam agir de forma complementar com as intervenções públicas para a promoção da igualdade de género através do: a) Reforço da sua intervenção; b) Aprofundamento da capacidade de participação das mulheres na atividade económica e social, e dos homens na esfera privada.</p> <p><u>Beneficiários:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • ONG e outras entidades da sociedade civil sem fins lucrativos, em cujos objetivos estatutários esteja prevista a promoção da igualdade entre homens e mulheres.
Apoio a Projetos de Formação Para Públicos Estratégicos	<p>Visou: i) Formar e qualificar atores e decisores estratégicos na temática da Igualdade de Género e na prevenção da Violência de Género; ii) Alterar a perspetiva existente sobre os papéis de mulheres e homens.</p> <p><u>Beneficiários:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Entidades formadoras, empregadoras e outros operadores.
Sensibilização e Divulgação da Igualdade de Género e Prevenção da Violência de Género	<p>Visou a promoção de estratégias que contribuíssem para a sensibilização, informação e divulgação da temática da igualdade de género e a prevenção da violência de género, estimulando a implementação de boas práticas nestas áreas.</p> <p><u>Beneficiários:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Organismos da administração pública central com responsabilidades no âmbito da promoção e defesa da igualdade de género.
Apoio ao Empreendedorismo Associativismo e Criação de Redes Empresariais de Atividades Económicas Geridas por Mulheres	<p>Visou a promoção de estratégias de apoio ao empreendedorismo das mulheres e incentivar o associativismo e a criação de redes, favorecendo o auto emprego, a capacidade empresarial e a qualidade da sua participação na vida ativa.</p> <p><u>Beneficiários:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Associações de Mulheres Empresárias; • Associações Empresariais, Comerciais e ou Industriais; • Agências e Sociedades de Desenvolvimento Regional sem fins lucrativos; • Cooperativas e outras entidades de economia social.
Projetos de Intervenção no Combate à Violência de Género	<p>Visaram: i) Promover ações e projetos que privilegiem intervenções integradas das diversas abordagens associadas ao fenómeno da Violência de Género; ii) Conceber e implementar programas de prevenção da reincidência e da revitimização na área da Violência de Género; iii) Aumentar a qualidade de vida, a segurança e a autonomia das pessoas vítimas de Violência de Género; iv) Reduzir as discriminações associadas à Violência de Género.</p> <p><u>Beneficiários:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG);

	<ul style="list-style-type: none"> Entidades públicas ou privadas, quando pretendam desenvolver ações que no âmbito das suas atribuições ou da sua vocação contribuam para os objetivos da presente tipologia.
Acesso e Financiamento	<p><u>Acesso:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> As candidaturas são apresentadas na sequência de abertura de procedimento devidamente publicitado no site do POPH. <p><u>Financiamento:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> Nas regiões da convergência: correspondente à soma da contribuição comunitária, equivalente a 71,65%, com a contribuição pública nacional equivalente a 28,35%; Na região do Algarve: correspondente à soma da contribuição comunitária, equivalente a 72,61%, com a contribuição pública nacional equivalente a 27,39%; Na região de Lisboa: correspondente à soma da contribuição comunitária, equivalente a 50,6%, com a contribuição pública nacional equivalente a 49,4%.

Fonte: Elaborado pelos autores com base no texto do Programa Operacional Potencial Humano e Regulamentos Específicos (http://www.poph.qren.pt/upload/docs/apresentação/Programa/PO_Potencial_Humano_Fevereiro2014.pdf;
<http://www.poph.qren.pt/upload/docs/eixos/>)

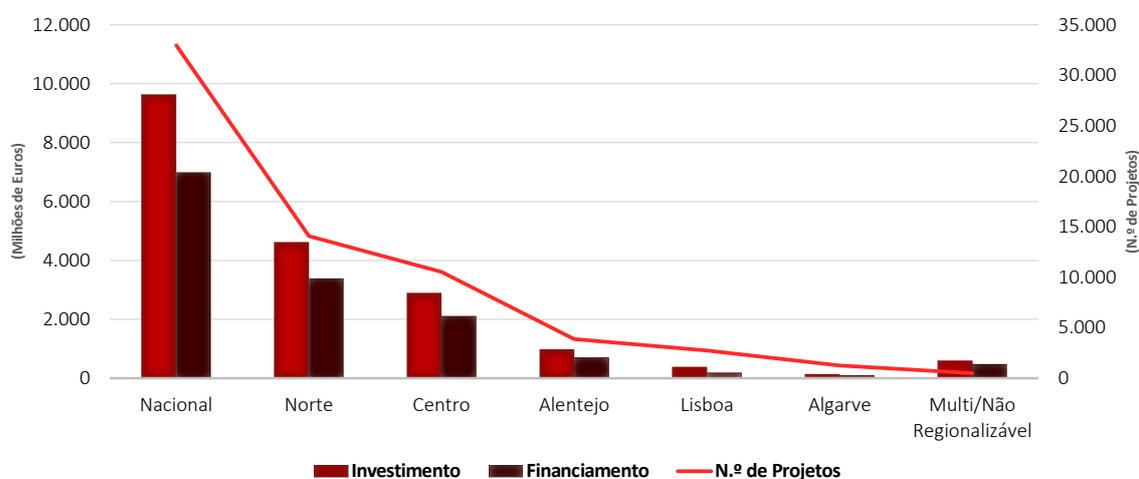
5. REALIZAÇÕES E RESULTADOS

No presente capítulo, são apresentados os resultados da caracterização do perfil de investimento em Capital Humano apoiado pelo Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) 2007-2013, de acordo com o Modelo de Análise proposto (*vd.* Capítulo 2).

5.1. CARACTERIZAÇÃO POR INSTRUMENTO DE POLÍTICA

O POPH, que concretizou a Agenda Operacional para o Potencial Humano inscrita no Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), executou ao longo do período de programação 2007-2013, um investimento (elegível) global aproximado de 9,6 mil milhões de euros, ao qual correspondeu uma comparticipação, do Fundo Social Europeu (FSE), de cerca de 7,0 mil milhões de euros.

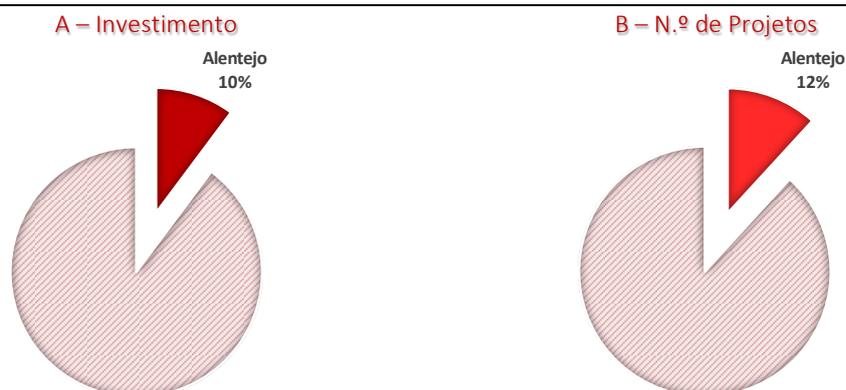
FIGURA 1 – EXECUÇÃO NACIONAL E REGIONAL DO POPH



Fonte: Elaborada pelos autores com base em dados do Sistema de Informação do QREN (<http://www.qren.pt/np4/numeros>)

O peso do Alentejo, nos montantes totais referentes à execução nacional do POPH, foi de apenas 10% dos quantitativos de investimento e de financiamento comunitário e de 12% do número total de projetos aprovados, tendo esta região executado 3.878 projetos, que mobilizaram um investimento de, aproximadamente, 979 milhões de euros e uma comparticipação do FSE de cerca de 707 milhões de euros.

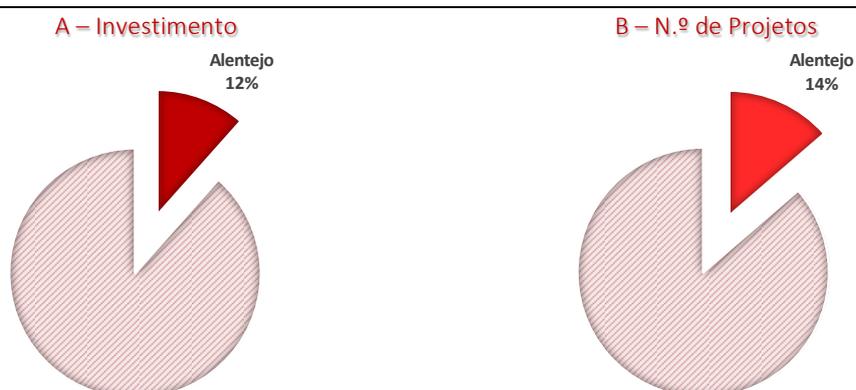
FIGURA 2 – REPRESENTATIVIDADE DA REGIÃO DO ALENTEJO NOS TOTAIS NACIONAIS



Fonte: Elaborada pelos autores com base em dados do Sistema de Informação do QREN (<http://www.qren.pt/np4/numeros>)

Considerando apenas as regiões do objetivo de convergência – Norte, Centro e Alentejo – o peso do Alentejo, no conjunto destas regiões, sobe para 12% dos montantes de investimento e de financiamento comunitário e para 14%, no que se refere ao número de projetos aprovados.

FIGURA 3 – REPRESENTATIVIDADE DA REGIÃO DO ALENTEJO NOS TOTAIS DAS REGIÕES DE CONVERGÊNCIA



Fonte: Elaborada pelos autores com base em dados do Sistema de Informação do QREN (<http://www.qren.pt/np4/numeros>)

Ao nível nacional, observa-se um investimento de cerca de 292 milhares de euros por projeto e uma taxa média de financiamento de 72,5%. Ainda em termos médios, a cada região corresponde um investimento de 1,8 mil milhões de euros e um quantitativo de projetos que ronda os 6.500. Constata-se que o Alentejo situa-se abaixo da média em ambas as dimensões.

Considerando apenas as regiões do objetivo de convergência, o investimento médio é cerca de 3,0 mil milhões de euros por região, e o valor médio do número de projetos por região é de 9.625 projetos. Uma vez mais se constata que o Alentejo protagonizou uma prestação abaixo do desempenho médio das regiões do objetivo de convergência.

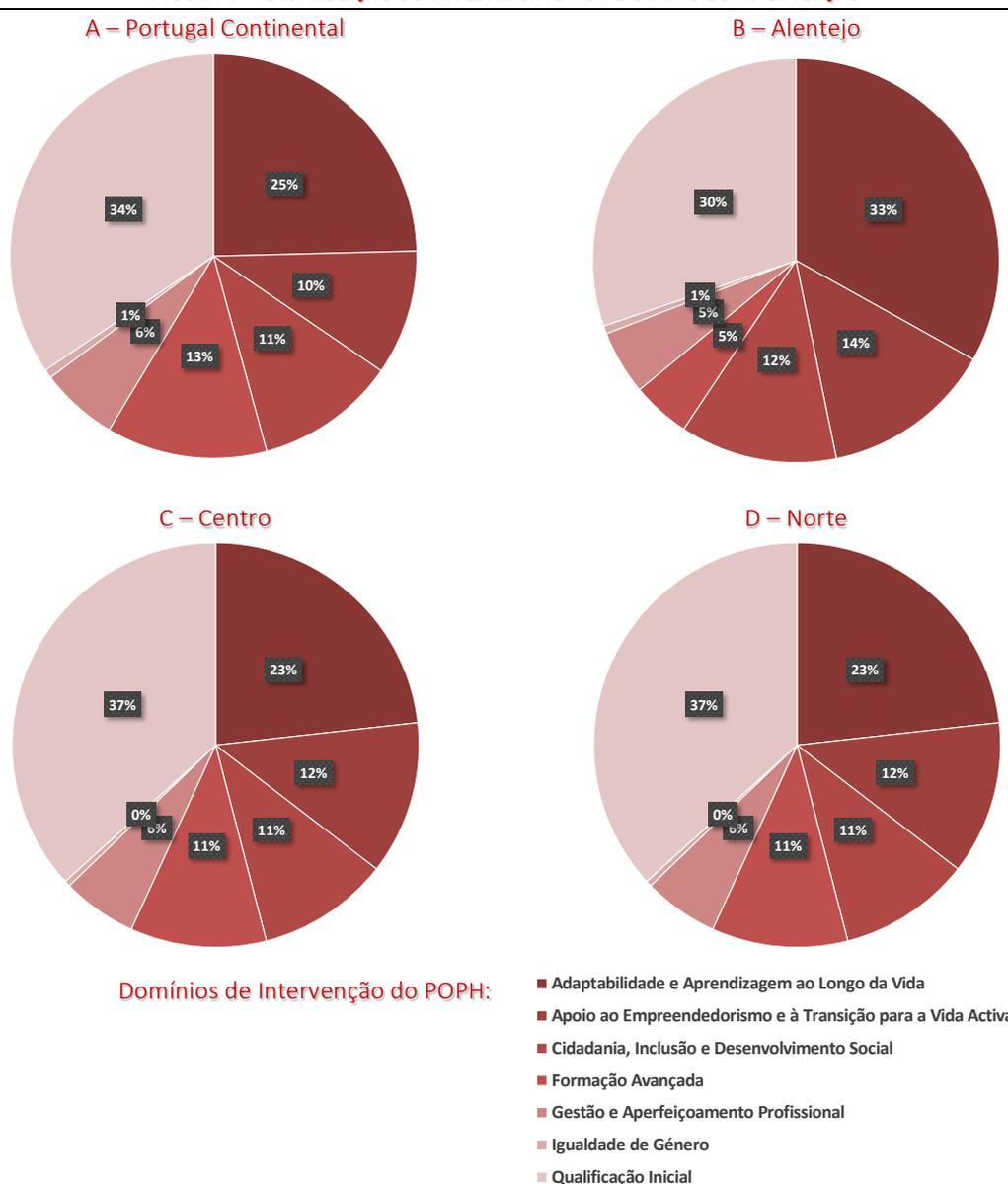
No que se refere ao investimento médio por projeto nas regiões do objetivo de convergência, este ronda os 312 milhares de euros e a taxa média de financiamento situa-se nos 73,5%.

A região Alentejo posiciona-se abaixo, quer da média nacional, quer da média das regiões do objetivo de convergência, uma vez que, nesta região, o investimento médio por projeto rondou os 252 milhares de euros.

A distribuição do investimento por Domínio de Intervenção (correspondentes aos Eixos Prioritários do Programa) evidencia um perfil semelhante em todas as regiões NUTS II.

Os domínios de intervenção com valores de investimento mais significativos são a “Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida” e a “Qualificação inicial”. Estes domínios, no seu conjunto, são responsáveis por mais de 50% do montante de investimento quer a nível nacional, quer ao nível de cada uma das regiões.

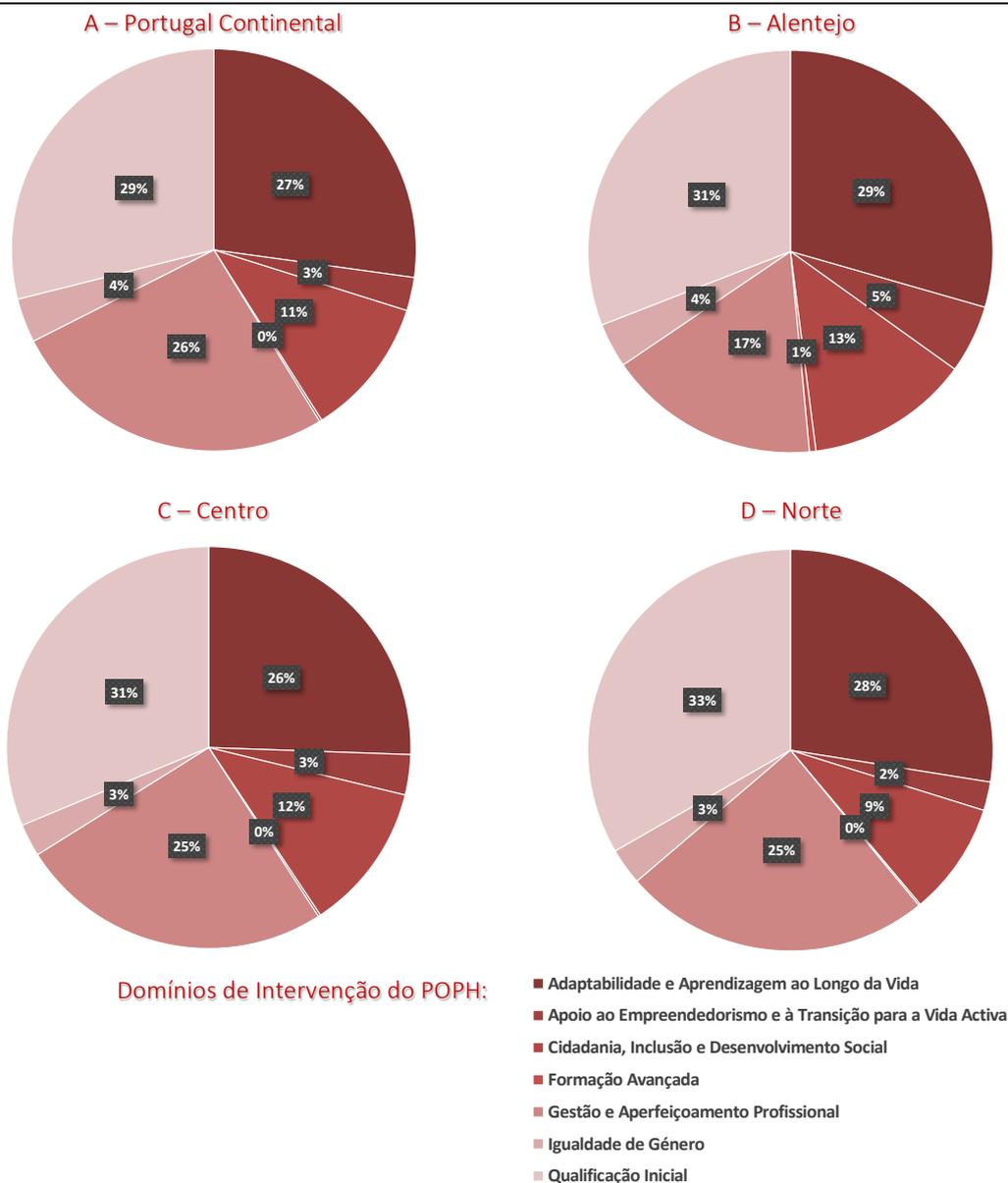
FIGURA 4 – DISTRIBUIÇÃO DO INVESTIMENTO POR DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO



Fonte: Elaborada pelos autores com base em dados do Sistema de Informação do QREN (<http://www.qren.pt/np4/numeros>)

No que respeita à distribuição do número de projetos aprovados por domínio de intervenção do POPH, constata-se que, os domínios mais representativos são também a “Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida” e a “Qualificação inicial”. Estes domínios, contam com 18.453 projetos aprovados, representando cerca de 56% da totalidade dos projetos enquadrados pelo POPH. Em todas as regiões NUTS II, o perfil de distribuição do número de projetos, por domínio de intervenção, é semelhante ao que se observa no panorama nacional.

FIGURA 5 – DISTRIBUIÇÃO DO N.º DE PROJETOS APROVADOS POR DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO



Fonte: Elaborada pelos autores com base em dados do Sistema de Informação do QREN (<http://www.qren.pt/np4/numeros>)

Relativamente ao Alentejo, os domínios de intervenção “Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida” e “Qualificação inicial” totalizaram 2.143 projetos aprovados, os quais envolveram um investimento de cerca de 621 milhões de euros e obtiveram uma comparticipação do FSE de 461 milhões de euros.

QUADRO 8 – SÍNTESE DA EXECUÇÃO DO POPH POR DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO - ALENTEJO

Domínio de Intervenção	N.º de Projetos	Investimento (%)	Financiamento (%)
Qualificação Inicial	1.200	30,3	32,3
Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida	1.143	33,1	30,0
Gestão e Aperfeiçoamento Profissional	658	5,1	4,7
Formação Avançada	20	4,7	5,3
Apoio ao Empreendedorismo e à Transição para a Vida Ativa	212	13,7	12,6
Cidadania, Inclusão e Desenvolvimento Pessoal	506	12,5	11,6
Igualdade de Género	139	0,6	0,6
Total	3.878	979 M€ (100%)	707 M€ (100%)

Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados do Sistema de Informação do QREN (<http://www.qren.pt/np4/numeros>)

5.2. CARACTERIZAÇÃO POR TIPOLOGIA DE INTERVENÇÃO

5.2.1. Tipologias de Intervenção do Eixo Prioritário 1

O Eixo Prioritário 1 – Domínio de Intervenção Qualificação Inicial – foi desdobrado em seis tipologias de intervenção: i) Sistema de Aprendizagem; ii) Cursos Profissionais; iii) Cursos de Educação e Formação; iv) Cursos de Especialização Tecnológica; v) Reequipamento dos estabelecimentos de ensino; vi) Ensino Artístico Especializado.

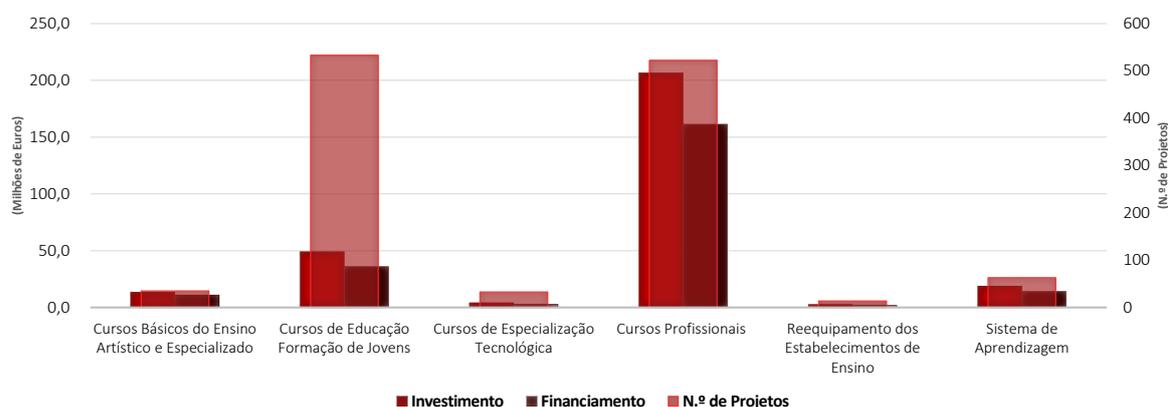
Neste domínio, constata-se uma clara concentração do número de projetos em torno de duas tipologias de intervenção: Cursos de Educação e Formação de Jovens e Cursos Profissionais.

No que respeita ao nível do investimento, a tipologia Cursos Profissionais é responsável por cerca de 70% do volume total de investimento.

Conjuntamente, estas duas tipologias de intervenção, absorveram mais de 86% dos montantes totais de investimento e de financiamento executados ao nível da Qualificação Inicial.

Também no que se refere ao número de projetos aprovados, estas tipologias enquadraram a grande maioria, 88%, do total dos projetos aprovados no domínio da Qualificação Inicial.

FIGURA 6 – EXECUÇÃO DO EIXO PRIORITÁRIO 1 POR TIPOLOGIA DE INTERVENÇÃO - ALENTEJO



Fonte: Elaborada pelos autores com base em dados do Sistema de Informação do QREN (<http://www.qren.pt/np4/numeros>)

QUADRO 9 – SÍNTESE DA EXECUÇÃO DO EIXO 1 POR TIPOLOGIA DE INTERVENÇÃO - ALENTEJO

Tipologia de Intervenção	N.º de Projetos	Investimento (%)	Financiamento (%)
Sistema de Aprendizagem	63	6,5	6,3
Cursos Profissionais	522	69,8	70,7
Cursos de Formação e Educação	533	16,7	15,9
Cursos de Especialização Tecnológica	33	1,5	1,3
Reequipamento dos estabelecimentos de ensino	14	1,0	0,9
Ensino Artístico Especializado	506	4,6	4,9
Total	1.200	296,2 M€ (100%)	228,2 M€ (100%)

Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados do Sistema de Informação do QREN (<http://www.qren.pt/np4/numeros>)

Relativamente às tipologias mais significativas em volume de investimento e em número de projetos aprovados - Cursos de Educação e Formação e Cursos Profissionais - constata-se que a maioria dos projetos foi titulada por estabelecimentos da Rede de Ensino Público, mas estes projetos não mobilizaram a maioria do montante investido: no âmbito destas tipologias os estabelecimentos da Rede de Ensino Público executaram 71% do número total de projetos (748 projetos) enquadrados nas duas tipologias e apenas 34% do volume de investimento (aproximadamente 87,2 milhões de euros).

5.2.2. Tipologias de Intervenção do Eixo Prioritário 2

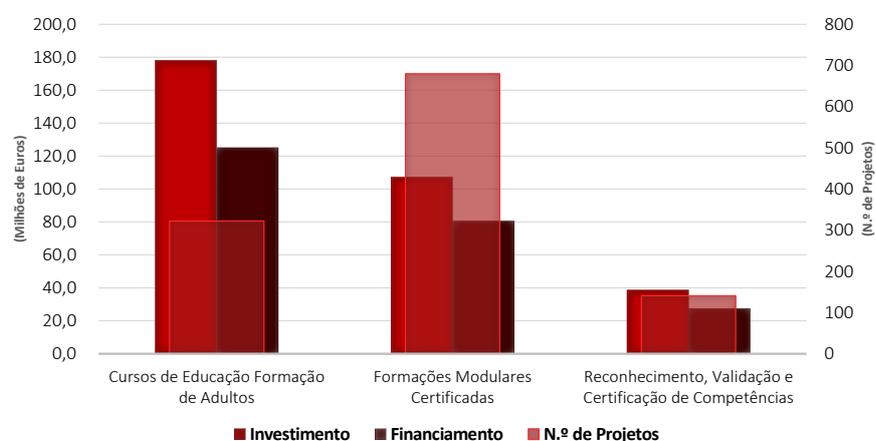
O Eixo Prioritário 2 – Domínio de Intervenção Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida – foi desdobrado em quatro tipologias de intervenção: i) Processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC); ii) Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA); iii) Formações Modulares Certificadas; iv) Reequipamento e consolidação da Rede de Centros de Formação. Contudo, na região Alentejo apenas foram mobilizadas as três primeiras tipologias de intervenção.

Em número de projetos, destacam-se as Formações Modulares Certificadas (responsáveis por 59% do número total de projetos aprovados) e, em termos de volume de investimento, são preponderantes os Cursos EFA (55% do volume total de investimento do Eixo).

Conjuntamente, estas duas tipologias de intervenção, absorveram mais de 88% dos montantes totais de investimento e de financiamento, e também do número de projetos aprovados, executados ao nível da Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida.

Também no que se refere ao número de projetos aprovados, estas tipologias enquadraram a sua grande maioria (88%) do total dos projetos aprovados no domínio da Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida.

FIGURA 7 – EXECUÇÃO DO EIXO PRIORITÁRIO 2 POR TIPOLOGIA DE INTERVENÇÃO - ALENTEJO



Fonte: Elaborada pelos autores com base em dados do Sistema de Informação do QREN (<http://www.qren.pt/np4/numeros>)

Relativamente às tipologias mais significativas em volume de investimento e em termos de número de projetos aprovados, nomeadamente os Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) e as Formações Modulares Certificadas, salienta-se, enquanto entidade beneficiária, o Instituto do Emprego e da Formação Profissional (IEFP), I.P., que, *per se*, é responsável por cerca de 30% do volume total de investimento destas duas tipologias (86,3 milhões de euros, tendo executado um total de 83 projetos).

QUADRO 10 – SÍNTESE DA EXECUÇÃO DO EIXO 2 POR TIPOLOGIA DE INTERVENÇÃO - ALENTEJO

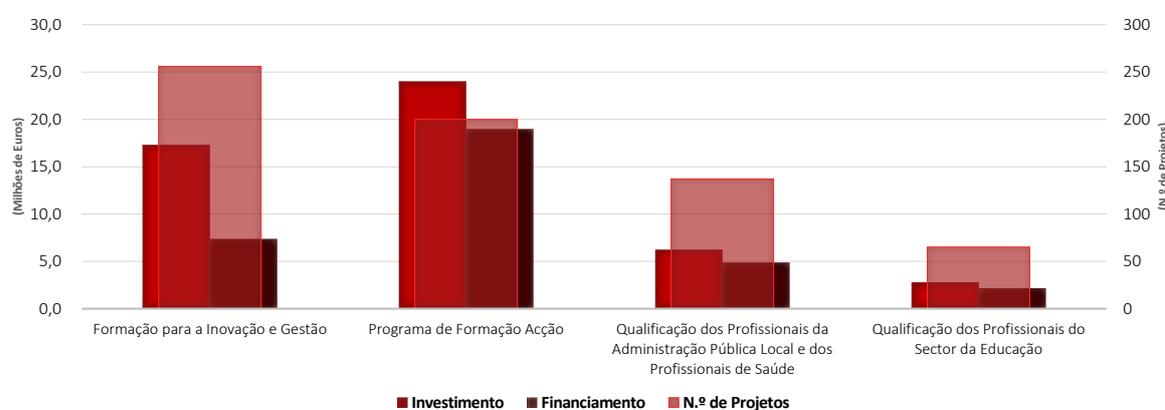
Tipologia de Intervenção	N.º de Projetos	Investimento (%)	Financiamento (%)
Processo RVCC	141	12,0	11,8
Formações Modulares Certificadas	680	33,1	34,6
Cursos EFA	322	54,9	53,6
Total	1.143	324,4 M€ (100%)	233,2 M€ (100%)

Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados do Sistema de Informação do QREN (<http://www.qren.pt/np4/numeros>)

5.2.3. Tipologias de Intervenção do Eixo Prioritário 3

O Eixo Prioritário 3 – Domínio de Intervenção Gestão e Aperfeiçoamento Profissional – foi desdobrado em cinco tipologias de intervenção: i) Programa de Formação-Ação para PME; ii) Programa de Formação-Ação para Entidades da Economia Social; iii) Formação para a Inovação e Gestão; iv) Qualificação dos Profissionais da Administração Pública Central e Local e dos Profissionais da Saúde; v) Qualificação dos Profissionais do Sector da Educação.

FIGURA 8 – EXECUÇÃO DO EIXO PRIORITÁRIO 3 POR TIPOLOGIA DE INTERVENÇÃO - ALENTEJO



Fonte: Elaborada pelos autores com base em dados do Sistema de Informação do QREN (<http://www.qren.pt/np4/numeros>)

Neste domínio, assiste-se a uma clara predominância de duas tipologias de intervenção: Programa de Formação-Ação (na lista de projetos aprovados disponibilizada não é distinguido o destinatário da formação-ação, i.e., se é uma PME ou uma entidade da Economia Social) e Formação para a Inovação e Gestão. Conjuntamente, estas duas tipologias, concentram mais de 80% do volume de investimento (41,3 milhões de euros) e aproximadamente 69% do número total de projetos aprovados (do Eixo 3).

Quanto à tipologia das entidades beneficiárias, salienta-se que mais de 98% do número de projetos aprovados e do volume de investimento da tipologia Formação para a Inovação e Gestão foram executados por empresas e, no caso da tipologia Programa de Formação-Ação, 79% do número de projetos e 84% do volume de investimento foram executados por associações empresariais e de desenvolvimento regional.

QUADRO 11 – SÍNTESE DA EXECUÇÃO DO EIXO 3 POR TIPOLOGIA DE INTERVENÇÃO - ALENTEJO

Tipologia de Intervenção	N.º de Projetos	Investimento (%)	Financiamento (%)
Programa de Formação-Ação	200	47,7	56,8
Formação para a inovação e gestão	256	34,4	22,1
Qualificação dos Profissionais da Administração Pública Central e Local e dos Profissionais da Saúde	137	12,4	14,6
Qualificação dos Profissionais do Sector da Educação	74	3,5	4,0
Total	658	50,3 M€ (100%)	33,4 M€ (100%)

Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados do Sistema de Informação do QREN (<http://www.qren.pt/np4/numeros>)

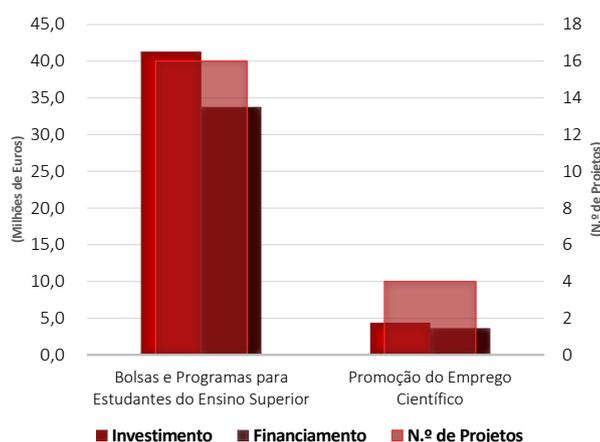
5.2.4. Tipologias de Intervenção do Eixo Prioritário 4

O Eixo Prioritário 4 – Domínio de Intervenção Formação Avançada – foi desdobrado em três tipologias de intervenção: i) Bolsas de Formação Avançada; ii) Promoção do Emprego Científico; iii) Bolsas e Programas para Estudantes do Ensino Superior.

A tipologia Bolsas de Formação Avançada, cuja implementação e execução foi atribuída à Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), única entidade beneficiária desta tipologia, enquadrou 5 projetos, todos eles multi-regionais (regiões do objetivo de convergência), que envolveram, no seu conjunto, um investimento de 430,0 milhões de euros, tendo este sido participado pelo FSE em 347,6 milhões de euros.

Os projetos no âmbito da Promoção do Emprego Científico, foram titulados pela FCT e envolveram um investimento de 4,4 milhões de euros. Quanto aos projetos referentes a Bolsas e Programas para Estudantes do Ensino Superior, estes foram promovidos pela Direcção-Geral do Ensino Superior e envolveram um investimento de 41,3 milhões de euros.

FIGURA 9 – EXECUÇÃO DO EIXO PRIORITÁRIO 4 POR TIPOLOGIA DE INTERVENÇÃO - ALENTEJO



Fonte: Elaborada pelos autores com base em dados do Sistema de Informação do QREN (<http://www.qren.pt/np4/numeros>)

Globalmente, foram aprovados 20 projetos que envolveram um volume de investimento de 45,7 milhões de euros e uma comparticipação do FSE de 37,3 milhões de euros.

QUADRO 12 – SÍNTESE DA EXECUÇÃO DO EIXO 4 POR TIPOLOGIA DE INTERVENÇÃO - ALENTEJO

Tipologia de Intervenção	N.º de Projetos	Investimento (%)	Financiamento (%)
Promoção do Emprego Científico	4	9,6	9,7
Bolsas e Programas para Estudantes do Ensino Superior	16	90,4	90,3
Total	20	45,7 M€ (100%)	37,3 M€ (100%)

Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados do Sistema de Informação do QREN (<http://www.qren.pt/np4/numeros>)

5.2.5. Tipologias de Intervenção do Eixo Prioritário 5

O Eixo Prioritário 5 – Domínio de Intervenção Apoio ao Empreendedorismo e à Transição para a Vida Ativa – foi desdobrado em cinco tipologias de intervenção: i) Apoios ao Emprego; ii) Estágios Profissionais; iii) INOV Contato; iv) Apoio à Inserção de Desempregados; v) Qualificação-Emprego.

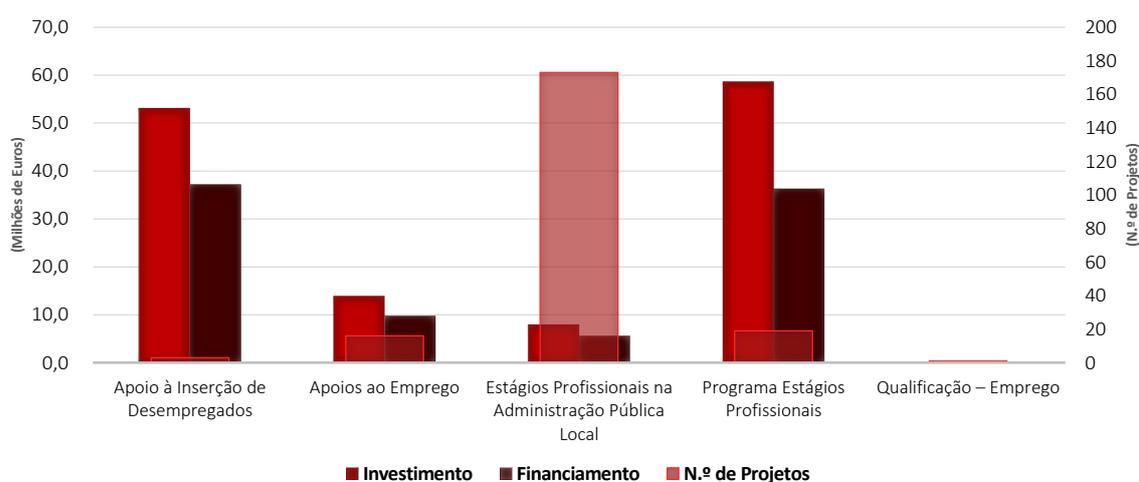
A tipologia INOV Contato, cuja implementação e execução foi atribuída à Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP), única entidade beneficiária desta tipologia, enquadrou 4 projetos, todos eles multi-regionais (regiões do objetivo de convergência), que envolveram, no seu conjunto, um investimento de 33,5 milhões de euros, tendo este sido participado pelo FSE em 23,5 milhões de euros.

No domínio do Apoio ao Empreendedorismo e à Transição para a Vida Ativa, assiste-se a uma clara predominância de uma tipologia de intervenção: a tipologia Estágios Profissionais. Esta tipologia, *per se*, enquadrou 192 projetos (173 dos quais referentes a estágios profissionais na Administração Pública Local) que envolveram um volume de investimento de 66,7 milhões de euros e uma participação do FSE de 41,9 milhões de euros.

A tipologia Qualificação-Emprego, cuja implementação e execução foi atribuída ao IEFP, única entidade beneficiária desta tipologia, enquadrou apenas um projeto em cada uma das regiões do objetivo de convergência. Contudo, a dimensão financeira do projeto da região Alentejo foi muito inferior à dos projetos das regiões Norte e Centro: no Alentejo o projeto ficou pelos 0,05 milhões de euros, enquanto que no Norte este valor foi de 9,8 milhões euros e no Centro de 3,7 milhões de euros.

A tipologia Apoio à Inserção de Desempregados, cuja implementação e execução foi também atribuída ao IEFP, enquadrou 3 projetos que envolveram, no seu conjunto, um investimento de 53,1 milhões de euros, tendo este sido participado pelo FSE em 37,2 milhões de euros.

FIGURA 10 – EXECUÇÃO DO EIXO PRIORITÁRIO 5 POR TIPOLOGIA DE INTERVENÇÃO - ALENTEJO



Fonte: Elaborada pelos autores com base em dados do Sistema de Informação do QREN (<http://www.qren.pt/np4/numeros>)

Ao nível das entidades beneficiárias, o IEFP destaca-se pela sua representatividade, no que se refere ao volume de investimento mobilizado. Esta entidade promoveu, na região Alentejo, 29 projetos que envolveram um investimento de 125,0 milhões de euros e uma comparticipação do FSE de 82,7 milhões de euros, representando estes valores cerca de 93% dos montantes totais do Eixo 5.

De salientar também, que na tipologia Estágios Profissionais, especificamente Estágios Profissionais na Administração Pública Local, todos os municípios da região do Alentejo se constituíram como entidades beneficiárias. No seu conjunto, estas entidades promoveram 147 projetos que mobilizaram um investimento de 7,6 milhões de euros e uma comparticipação de 5,3 milhões de euros.

Os municípios que mais “investiram” em Estágios Profissionais foram, por ordem decrescente do volume financeiro dos respetivos projetos: Santarém, Portel, Serpa, Elvas, Castro Verde, Sines, Alcácer do Sal e Crato.

QUADRO 13 – SÍNTESE DA EXECUÇÃO DO EIXO 5 POR TIPOLOGIA DE INTERVENÇÃO - ALENTEJO

Tipologia de Intervenção	N.º de Projetos	Investimento (%)	Financiamento (%)
Apoio à Inserção de Desempregados	3	39,7	41,8
Apoios ao Emprego	16	10,4	11,0
Estágios Profissionais	192	49,8	47,1
Qualificação-Emprego	1	0,03	0,04
Total	212	133,8 M€ (100%)	88,9 M€ (100%)

Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados do Sistema de Informação do QREN (<http://www.qren.pt/np4/numeros>)

5.2.6. Tipologias de Intervenção do Eixo Prioritário 6

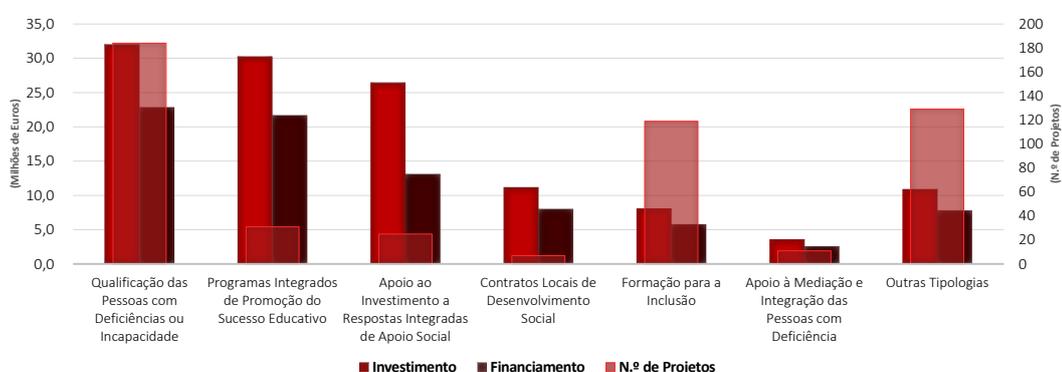
O Eixo Prioritário 6 – Domínio de Intervenção Cidadania, Inclusão e Desenvolvimento Social – foi desdobrado em 15 tipologias de intervenção, nomeadamente: i) Formação para a Inclusão; ii) Qualificação de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade; iii) Apoio à Mediação e Integração das Pessoas com Deficiências ou Incapacidade; iv) Qualidade dos Serviços e das Organizações; v) Ações de Investigação, Sensibilização e Promoção de Boas Práticas; vi) Formação em Língua Portuguesa para Estrangeiros; vii) Apoio a Consórcios Locais para a Promoção da Inclusão Social de Crianças e Jovens; viii) Apoio ao Acolhimento e Integração de Imigrantes; ix) Ações de Formação e Iniciativas de Sensibilização Dirigidas a Públicos Estratégicos no Domínio do Acolhimento e Integração dos Imigrantes; x) Ações de Investigação e Promoção de Campanhas de Sensibilização da Opinião Pública em Matéria de Imigração; xi) Programas Integrados de Promoção do Sucesso Educativo; xii) Apoio ao Investimento em Respostas Integradas de Apoio Social; xiii) Contratos Locais de

Desenvolvimento Social (CLDS); xiv) Programas Integrados para a Promoção da Inclusão Social de Crianças e Jovens; xv) Educação para a Cidadania – Projetos Inovadores.

Neste domínio assiste-se à predominância de duas tipologias de intervenção: Formação para a Inclusão (face ao número de projetos que enquadra) e Qualificação de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (face ao volume de financiamento associado aos projetos que enquadra), estas duas tipologias concentram cerca de 33% do volume de investimento (40,1 milhões de euros) e, aproximadamente 60% do número total de projetos aprovados do Eixo 6 (303 projetos).

Assume também destaque a tipologia Programas Integrados de Promoção do Sucesso Educativo que, apesar de enquadrar apenas 31 projetos aprovados, envolve um volume de investimento de 30,2 milhões de euros.

FIGURA 11 – EXECUÇÃO DO EIXO PRIORITÁRIO 6 POR TIPOLOGIA DE INTERVENÇÃO - ALENTEJO



Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados do Sistema de Informação do QREN (<http://www.qren.pt/np4/numeros>)

Relativamente à tipologia Qualificação de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade, salienta-se o peso das “CERCIs”, enquanto entidades promotoras de projetos. Estas entidades, ao assumirem um papel importante na resposta às necessidades do desenvolvimento de crianças, jovens e adultos com deficiência e na promoção da sua inclusão na Sociedade, surgem naturalmente como protagonistas nesta tipologia de intervenção. Respondem por mais de uma centena de projetos e mobilizaram, no seu conjunto, um investimento de cerca de 23,0 milhões de euros, ao qual correspondeu uma comparticipação do FSE de 16,5 milhões de euros.

Quanto à tipologia Programas Integrados de Promoção do Sucesso Educativo, as entidades beneficiárias são (com exceção de um projeto titulado pela Direção Geral da Educação), estabelecimentos da Rede Pública de Ensino.

QUADRO 14 – SÍNTESE DA EXECUÇÃO DO EIXO 6 POR TIPOLOGIA DE INTERVENÇÃO - ALENTEJO

Tipologia de Intervenção	N.º de Projetos	Investimento (%)	Financiamento (%)
Formação para a Inclusão	119	6,6	7,1
Qualificação de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade	184	26,1	27,9
Programas Integrados de Promoção do Sucesso Educativo	31	24,7	26,5
Apoio à Mediação e Integração das Pessoas com Deficiências ...	11	2,9	3,1
Apoio ao Investimento em Respostas Integradas de Apoio...	25	21,6	16,0
CLDS	7	9,1	9,8
Outras Tipologias	129	10,9	7,8
Total	506	122,4 M€ (100%)	81,7 M€ (100%)

Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados do Sistema de Informação do QREN (<http://www.qren.pt/np4/numeros>)

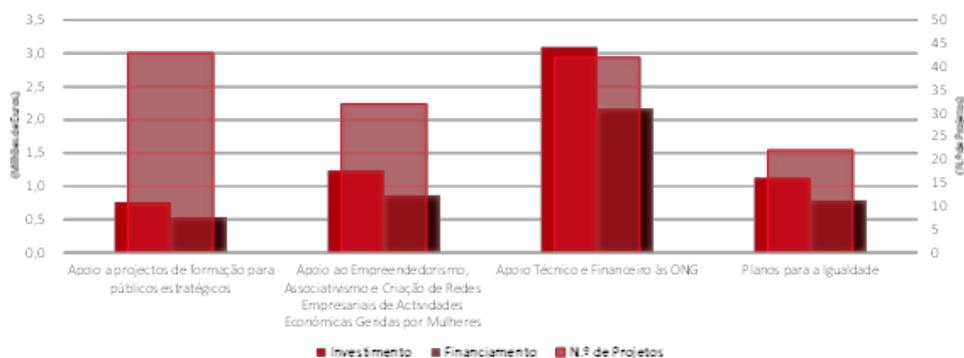
5.2.7. Tipologias de Intervenção do Eixo Prioritário 7

O Eixo Prioritário 7 – Domínio de Intervenção Igualdade de Género – foi desdobrado em sete tipologias de intervenção: i) Sistema Estratégico de Informação e Conhecimento; ii) Planos para a Igualdade; iii) Apoio Técnico e Financeiro às Organizações Não Governamentais (ONG); iv) Apoio a Projetos de Formação Para Públicos Estratégicos; v) Sensibilização e Divulgação da Igualdade de Género e Prevenção da Violência de Género; vi) Apoio ao Empreendedorismo, Associativismo e Criação de Redes Empresariais de Atividades Económicas Geridas por Mulheres; vii) Projetos de Intervenção no Combate à Violência de Género.

O Apoio Técnico e Financeiro às ONG constituiu a tipologia de intervenção mais representativa, em volume financeiro, do Eixo Prioritário 7, enquadrando cerca de 50% dos montantes totais de investimento e de financiamento.

Entre as entidades beneficiárias, destaca-se a ESDIME – Agência para o Desenvolvimento Local no Alentejo Sudoeste, CRL, que titulou 7 projetos que, no seu conjunto, mobilizaram cerca de 432 milhares de euros, aos quais correspondeu uma participação de, aproximadamente, 302 milhares de euros.

FIGURA 12 – EXECUÇÃO DO EIXO PRIORITÁRIO 7 POR TIPOLOGIA DE INTERVENÇÃO - ALENTEJO



Fonte: Elaborada pelos autores com base em dados do Sistema de Informação do QREN (<http://www.qren.pt/np4/numeros>)

QUADRO 15 – SÍNTESE DA EXECUÇÃO DO EIXO 6 POR TIPOLOGIA DE INTERVENÇÃO - ALENTEJO

Tipologia de Intervenção	N.º de Projetos	Investimento (%)	Financiamento (%)
Apoio a Projetos de Formação para Públicos Estratégicos	43	12,2	12,2
Apoio ao Empreendedorismo, Associativismo e Criação ...	32	19,8	19,8
Apoio Técnico e Financeiro às ONG	42	49,8	49,8
Planos para a Igualdade	22	18,1	18,1
Total	139	6,2 M€ (100%)	4,3 M€ (100%)

Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados do Sistema de Informação do QREN (<http://www.qren.pt/np4/numeros>)

6. PRINCIPAIS CONCLUSÕES

As principais evidências que sobressaem da análise realizada sobre o Perfil de Investimento em Capital Humano apoiado pelo Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) 2007-2013 no Alentejo são as seguintes:

- O investimento aprovado sob o enquadramento do POPH, no âmbito do QREN, alcançou, no Alentejo, um valor total na ordem dos 979 milhões de euros, e um financiamento comunitário que ascendeu a cerca de 707 milhões de euros.
- Foram aprovados 3.878 projetos, o que se traduz num investimento médio de 252 milhares de euros por projeto.
- Foram beneficiárias dos instrumentos do POPH 936 entidades o que, em média, se traduziu nos rácios de 4,14 projetos por entidade beneficiária e de 1,05 milhões de euros de investimento por entidade beneficiária.
- No contexto nacional, o Alentejo representa apenas 10% do investimento apoiado pelo POPH e 12% do número total de projetos aprovados.
- No conjunto das regiões do objetivo de convergência, o Alentejo é aquela que assume uma posição mais modesta. Esta região é responsável por apenas 12% do volume total de investimento mobilizado por estas regiões e 14% do número de projetos aprovados.
- No que diz respeito ao indicador “dimensão média do investimento”, o Alentejo posiciona-se abaixo, quer dos valores observados no contexto nacional, quer dos valores do conjunto das regiões do objetivo de convergência. No Alentejo, o investimento médio por projeto ronda os 252 milhares de euros contra os valores de 292 mil euros e 312 mil euros, observados no conjunto do país (continente) e no conjunto das regiões de convergência, respetivamente.
- Os valores do investimento e do número total de projetos aprovados no Alentejo ficam também aquém das médias nacionais e das médias do conjunto das regiões de convergência. No caso do volume médio de investimento por região, o Alentejo atinge 54% da média nacional e 33% quando consideradas apenas as regiões do objetivo de convergência. Relativamente ao número médio de projetos aprovados por região, o Alentejo fica pelos 60% da média nacional e pelos 40% do valor médio observado nas regiões do objetivo de convergência.
- O perfil do investimento apoiado pelo POPH no Alentejo é semelhante ao perfil observado quer a nível nacional, quer ao nível de cada uma das regiões do objetivo de convergência: os Domínios de Intervenção mais representativos, nas dimensões volume de investimento e número de projetos aprovados, são a “Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida” e a “Qualificação Inicial”. Estes domínios, enquadram mais de 50% do volume de investimento apoiado pelo POPH e mais de 56% do número total de projetos aprovados.
- As “Formações Modulares Certificadas” e os “Cursos de Formação e Educação de Adultos” constituem as tipologias de intervenção mais representativas do Domínio de Intervenção

“Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida”: enquadraram mais de 88% do volume de investimento realizado e 88,5% do número de projetos aprovados do Domínio.

- Os “Cursos de Educação e Formação de Jovens” e os “Cursos Profissionais” constituem as tipologias de intervenção mais representativas do Domínio de Intervenção “Qualificação inicial”: enquadraram mais de 87% do volume de investimento realizado e 87,9% do número de projetos aprovados do Domínio.
- Os “Programas de Formação-Ação” e a “Formação para a Inovação e Gestão” constituem as tipologias de intervenção mais representativas do Domínio de Intervenção “Gestão e Aperfeiçoamento Profissional”: enquadraram mais de 80% do volume de investimento e 69% do número total de projetos aprovados do Domínio.
- As “Bolsas e Programas para Estudantes de Ensino Superior” constituem a tipologia de intervenção mais representativa do Domínio “Formação Avançada”: enquadraram mais de 90% do volume de investimento e 80% do número total de projetos aprovados do Domínio.
- Os “Estágios Profissionais” constituem a tipologia de intervenção mais representativa do Domínio “Apoio ao Empreendedorismo e à Transição para a Vida Ativa”: enquadraram cerca de 50% do volume de investimento e mais de 90% do número total de projetos aprovados do Domínio.
- A “Formação para a Inclusão” e a “Qualificação de Pessoas com deficiência ou Incapacidade” constituem as tipologias de intervenção mais representativas do Domínio “Cidadania, Inclusão e Desenvolvimento Social”: enquadraram cerca de 33% do volume de investimento e aproximadamente 60% do número total de projetos aprovados do Domínio.
- O “Apoio Técnico e Financeiro às Organizações Não Governamentais” constituiu a tipologia de intervenção mais representativa do Domínio “Igualdade de Género”: enquadraram 50% do volume de investimento e 30,2% do número de projetos aprovados do Domínio.
- O Instituto do Emprego e da Formação Profissional (incluindo os Centros de Formação) foi a entidade que promoveu o maior número de projetos, cerca de 7% do número total de projetos apoiados pelo POPH na região do Alentejo, tendo mobilizado, aproximadamente, 25% do volume total de investimento do programa, correspondendo a 244,9 milhões de euros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Texto do Programa Operacional Potencial Humano (revisão de fevereiro de 2014)

(http://www.pofc.qren.pt/ResourcesUser/2013/Noticias/Conferencia/Avaliacao_Intercalar_COMPETE.pdf)

Regulamentos Específicos das Tipologias de Intervenção dos Eixos Prioritários:

- http://www.poph.qren.pt/upload/docs/eixos/D_18225_08_TI_1.1.pdf
- http://www.poph.qren.pt/upload/docs/eixos/D_18224_08_TI_1.2.pdf
- http://www.poph.qren.pt/upload/docs/eixos/D_18228_08_TI_1.3.pdf
- http://www.poph.qren.pt/upload/docs/eixos/D_18232_08_TI_1.4.pdf
- http://www.poph.qren.pt/upload/docs/legisla%C3%A7%C3%A3o/nacional/Despacho_31221_2008_04Dez.pdf
- http://www.poph.qren.pt/upload/docs/eixos/Despacho_3999_2011_RE%201.6.pdf
- http://www.poph.qren.pt/upload/docs/eixos/D_18229_08_TI_2.1.pdf
- http://www.poph.qren.pt/upload/docs/eixos/D_18227_08_TI_2.2.pdf
- http://www.poph.qren.pt/upload/docs/eixos/D_18223_08_TI_2.3.pdf
- http://www.poph.qren.pt/upload/docs/eixos/2_4.pdf
- http://www.poph.qren.pt/upload/docs/eixos/D_18363_08_TI_3.1.1.pdf
- http://www.poph.qren.pt/upload/docs/eixos/D_18366_08_TI_3.1.2.pdf
- http://www.poph.qren.pt/upload/docs/eixos/3_3.pdf
- http://www.poph.qren.pt/upload/docs/eixos/D_18369-08_TI_3.5.pdf
- http://www.poph.qren.pt/upload/docs/eixos/D_18370_08_TI_4.1.pdf
- http://www.poph.qren.pt/upload/docs/eixos/D_18368_TI_4.2.pdf
- http://www.poph.qren.pt/upload/docs/eixos/D_18367_08_TI_4.3.pdf
- http://www.poph.qren.pt/upload/docs/eixos/D_18233_08_TI_5.1.pdf
- http://www.poph.qren.pt/upload/docs/noticias/Informacoes/2013/Despacho2682_2013_19Fev.pdf
- http://www.poph.qren.pt/upload/docs/eixos/D_18231_08_TI_5.3.pdf
- http://www.poph.qren.pt/upload/docs/eixos/D_10554_2010_TI_5_4.pdf
- http://www.poph.qren.pt/upload/docs/eixos/D_10553_2010_TI_5_5.pdf
- http://www.poph.qren.pt/upload/docs/eixos/D_18361_08_TI_6.1.pdf
- http://www.poph.qren.pt/upload/docs/eixos/D_3530_2010_TI_6_2.pdf
- http://www.poph.qren.pt/upload/docs/eixos/D_18234_08_TI_6.3.pdf
- http://www.poph.qren.pt/upload/docs/eixos/D_18364_08_TI_6.4.pdf
- http://www.poph.qren.pt/upload/docs/eixos/6_5.pdf
- http://www.poph.qren.pt/upload/docs/eixos/6_6.pdf
- http://www.poph.qren.pt/upload/docs/eixos/D_7173_2010_TI_6_7.pdf
- http://www.poph.qren.pt/upload/docs/eixos/D_7101_2010_TI_6_8.pdf
- http://www.poph.qren.pt/upload/docs/eixos/6_9.pdf
- http://www.poph.qren.pt/upload/docs/eixos/6_10.pdf
- http://www.poph.qren.pt/upload/docs/eixos/D_18365_08_TI_6.11.pdf
- http://www.poph.qren.pt/upload/docs/eixos/6_12.pdf
- http://www.poph.qren.pt/upload/docs/eixos/6_13.pdf
- http://www.poph.qren.pt/upload/docs/noticias/Informacoes/2013/RET16_14_Mar%C3%A7o2013.pdf
- http://www.poph.qren.pt/upload/docs/noticias/Informacoes/2014/Despacho_13033_altera%C3%A7%C3%A3o_RE6.15_RLIS.PDF
- http://www.poph.qren.pt/upload/docs/eixos/D_18226_08_TI_7.1.pdf
- http://www.poph.qren.pt/upload/docs/eixos/D_15609_09_TI_7_2.pdf
- http://www.poph.qren.pt/upload/docs/eixos/D_15608_09_TI_7_3.pdf
- http://www.poph.qren.pt/upload/docs/eixos/D_15606_09_TI_7_4.pdf
- http://www.poph.qren.pt/upload/docs/eixos/D_18230_08_TI_7.5.pdf
- http://www.poph.qren.pt/upload/docs/eixos/D_15607_09_TI_7_6.pdf

- http://www.poph.qren.pt/upload/docs/eixos/Despacho_5278_2012.pdf



UNIVERSIDADE
DE ÉVORA



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu de
Desenvolvimento Regional